



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES – DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023

PROTOCOLO nº 0061620-68.2022.8.16.6000

TIPO: MENOR PREÇO (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO)
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DOS DOIS GERADORES DE ENERGIA DO PRÉDIO ANEXO AO PALÁCIO DA JUSTIÇA, E A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS GERADORES DE EMERGÊNCIA DOS PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE INSUMOS, MATERIAIS, PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS

DESTINO: DIVISÃO DE ENGENHARIA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná torna público aos interessados que realizará licitação, cuja sessão ocorrerá no dia, horário e local abaixo:

DATA INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	31/03/2023
DATA LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	18/04/2023 às 14:00 horas (Horário de Brasília – DF)
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	18/04/2023 às 14:00 horas (Horário de Brasília – DF) ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data
INÍCIO DA FASE DE LANCES:	18/04/2023 às 14:30 horas (Horário de Brasília – DF)

LOCAL: o recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <http://www.licitacoes-e.com.br>, conforme datas e horários definidos acima.

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da licitação.

O edital, as especificações e os projetos estarão disponíveis gratuitamente às interessadas nos sites www.tjpr.jus.br/editais e www.licitacoes-e.com.br ou, ainda, pelo endereço eletrônico licit@tjpr.jus.br.

Horário de atendimento: das 12:00 (doze) às 18:00 (dezoito) horas dos dias úteis.

Telefones: (41) 3250-6541 ou (41) 3250-6542.

Responsáveis pelos esclarecimentos: Pregoeira Helena Carstens Telles Dermanovic; Chefe da Divisão de Engenharia, servidor Alessandro Odorizzi; Consultora Jurídica Mariana Oliveira Christo Fernandes.



<https://shortest.link/Nte>

CAPÍTULO 1 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente edital será regido pela Lei Estadual nº 15.608/2007, pela legislação nacional sobre normas gerais de licitação, Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, assim como pela Lei Complementar nº 123/2006 e legislação correlata.

1.2. De acordo com o art. 191 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), importa referir que o presente processo licitatório se iniciou sob a égide da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Estadual nº 15.608/2007 e continuará a ser regido por estes diplomas.

CAPÍTULO 2 - DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de modernização do sistema de controle dos dois geradores de energia do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça, e a manutenção preventiva e corretiva nos geradores de emergência dos prédios do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com fornecimento integral de insumos, materiais, peças, componentes e acessórios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, conforme critérios, especificações e necessidades descritos nos Anexos I e II, partes integrantes deste edital convocatório.

2.1.1. A contratação envolve as seguintes unidades judiciárias e equipamentos:

a) Curitiba:

1. Palácio da Justiça: Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº:
 - 2 (dois) geradores Stemac de potência 450 kVA;
2. Palácio da Justiça Prédio Anexo: Rua Pref. Rosaldo Gomes M. Leitão, s/nº:
 - 2 (dois) geradores Stemac de potência 450 kVA;
3. Centro Judiciário - Fórum Criminal e Juizados Especiais: Av. Anita Garibaldi, 750:
 - 3 (três) de potência 1.875 kVA e (um) conjunto moto-bomba a diesel;
4. Sede Mauá: Rua Mauá, 920:
 - 1 (Um) Gerador Maquigeral de potência 450 kVA;
5. Fórum da Família, da Criança e do Adolescente: Rua da Glória, 290:
 - 1 (Um) Gerador Base Sólida de potência 22kVA (alimenta o motor de ventilação de escadarias de saída de incêndio);
6. Fórum Cível II: Rua Mateus Leme, nº 1142:
 - 2 (dois) Geradores Branco de potência 13,2kVA (alimentam os motores de ventilação de escadarias de saída de incêndio).

b) Outras Comarcas:

1. Fórum Foz do Iguaçu: Av. Pedro Basso, 1001:
 - 1 (Um) Gerador Stemac de potência 150 kVA;
2. Fórum Cível Londrina: Av. Duque de Caxias, 689:
 - 1 (Um) Gerador Cummins 500 kVA;
3. Fórum Criminal Londrina: Av. Tiradentes, nº 1575:
 - 1 (Um) Gerador Leão 642 kVA;
4. Guarapuava: Av. Manoel Ribas, nº 500:
 - 1 (Um) Gerador Stemac de potência 750 kVA.

2.2. Para a contratação decorrente deste certame será exigida garantia de execução, conforme previsão contida na minuta contratual (Anexo VIII).

2.3. Deverão ser adotados os Critérios de Sustentabilidade estabelecidos no capítulo 9 do Termo de Referência (Anexo I).

CAPÍTULO 3 – DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Por força do disposto no artigo 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná, o preço máximo global anual deste certame está fixado em **R\$ 419.883,70** (quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e oitenta e três reais e setenta centavos), conforme tabela contida no Anexo II, distribuídos da seguinte forma:

- a) R\$ 169.883,70** (cento e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e três reais e setenta centavos) para as manutenções periódicas de 16 (dezesesseis) máquinas com pagamentos mensais;
- b) R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais) para o serviço de modernização do sistema de controle dos dois geradores de energia do Prédio Anexo

3.1.1. As licitantes que apresentarem proposta acima do preço máximo para o Lote estão sujeitas à desclassificação.

3.2. A despesa decorrente da contratação ficará à conta da dotação orçamentária do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (FUNREJUS), do exercício de 2023, estando o valor bloqueado por meio do elemento 3.3.90.39.17, denominado Despesa Corrente – Outros serviços de terceiros PJ – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos.

CAPÍTULO 4 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer cidadão ou licitante poderá apresentar impugnação aos termos do edital ou solicitar esclarecimentos em até dois dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, a qual será julgada em até um dia útil. Decairá do direito de impugnar a licitante que não observar o prazo fixado.

4.2. Eventuais impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formulados por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico licit@tjpr.jus.br com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone.

4.3. As respostas aos esclarecimentos e impugnações integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites www.tjpr.jus.br/editais e www.licitacoes-e.com.br.

4.3.1. Orientamos aos interessados efetuar o download do edital no site www.tjpr.jus.br/editais para obter aviso automático de todas as atualizações.

CAPÍTULO 5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1. A licitante deverá estar previamente credenciada no sistema de licitações do Banco do Brasil S.A. e dispor de chave de identificação e senha, sendo esta de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo ao Tribunal de Justiça responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido do sistema, ainda que por terceiros.

5.1.1. Demais informações poderão ser obtidas diretamente no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelos telefones 4004-0001 – capitais e regiões metropolitanas ou 0800-729-0001 – demais localidades.

5.2. O credenciamento perante o provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão.

5.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente pela licitante ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

5.4. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e documentos, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

CAPÍTULO 6 – DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame as empresas regularmente estabelecidas no País, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de empresas:

- a)** com seus cadastros suspensos ou cancelados, na forma do inciso V do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- b)** punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007, enquanto durar a penalidade;
- c)** punidas com a sanção prevista na letra anterior (b), durante o prazo de vigência de igual sanção imposto por órgão ou entidades do Estado do Paraná, nos termos do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- d)** impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná, conforme artigo 7.º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- e)** punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, enquanto durar a penalidade;
- f)** declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- g)** constituídas sob a forma de consórcio;
- h)** sociedades estrangeiras que não funcionem regularmente no país;

6.2.1. Não poderão participar, ainda, direta ou indiretamente, os interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 16 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e quem estiver condenado por improbidade administrativa nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3. Para participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. Caso a manifestação se mostre inverídica, a licitante será desclassificada ou inabilitada e ficará sujeita às sanções previstas neste edital e nos artigos 150 e seguintes do Capítulo V da Lei Estadual nº 15.608/2007.

6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que se identificarem como ME ou EPP no campo apropriado do sistema.

6.4.1. É de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento como ME ou EPP no sistema eletrônico.

CAPÍTULO 7 – DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS E JUNTADA DE DOCUMENTOS

7.1. O cadastro da proposta no sistema licitações-e deverá ser feito no “Menu Opções da Licitação”, opção “Oferecer Proposta”, contendo:

a) o valor proposto, resultante da aplicação de percentual de desconto ofertado sobre o valor máximo previsto no Capítulo 3 deste edital, cotado em moeda nacional com no máximo duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

a.1) considerando que o critério de julgamento do presente pregão é o menor preço/menor percentual de desconto, o desconto a ser ofertado pelas licitantes deve observar o máximo de duas casas decimais após a vírgula (0,00%), a fim de se evitar incongruências quando da aplicação do desconto e/ou divergências caso necessário o arredondamento dos preços.

a.2) o valor final das ofertas somente será utilizado para fins de cálculo do percentual de desconto ofertado;

a.3) não haverá necessidade de apresentação de valor unitário para cada item da planilha quantitativa do Anexo II, uma vez que do valor proposto pela empresa será extraído o respectivo percentual de desconto em relação ao valor máximo da licitação, o qual será aplicado linearmente para todos os itens do mencionado Anexo.

7.1.1. No campo do sistema “Descrição/Observações” **não poderá conter nenhuma identificação da licitante** proponente (tais como nome, CNPJ, site da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de desclassificação.

7.1.2. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.2. Após cadastrar o valor do lote, a licitante deverá clicar no botão “Estou Ciente” para enviar os documentos abaixo na opção “incluir anexo do lote”, sob pena de desclassificação:

a) proposta assinada, contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do **modelo do Anexo III** (disponível para download no site <https://www.tjpr.ius.br/editais>);

a.1) na hipótese da proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato;

b) documentação de habilitação, conforme previsto no Capítulo 13 do edital.

7.2.1. A **identificação da licitante na documentação mencionada na fase do item 7.2 é obrigatória** e não viola a disposição contida no item 7.1.1.

7.2.2. A documentação complementar prevista nas alíneas do item 11.1 deste edital poderá ser apresentada juntamente com a proposta inicial, com o mesmo procedimento previsto no item 7.2.

7.3. A arrematante que estiver cadastrada no SICAF fica dispensada de juntar os documentos de habilitação contidos no referido sistema que estejam dentro do seu prazo de validade.

7.3.1. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

7.3.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” ou “incluir anexo do lote” do sistema www.licitacoes-e.com.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

7.3.3. Caso solicitado o envio dos originais ou cópia autenticada dos documentos, estes deverão ser encaminhados aos cuidados da Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, no endereço Rua Álvaro Ramos, nº 157, 4º andar, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-190.

7.4. A licitante poderá, até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, excluir ou substituir a proposta e os documentos inseridos no sistema.

7.5. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital, em especial:

- a)** inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores;
- b)** prazo de validade da proposta não inferior a 180 (cento e oitenta) dias a contar da data estipulada para a abertura do presente certame;
- c)** os preços ofertados deverão refletir o preço CIF de mercado, ou seja, abrangendo todas as despesas que incidirem sobre eles, tais como, seguro, impostos, taxas, fretes, etc., e todas as obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I) e na minuta contratual Anexo VIII);
- d)** no preço proposto deverão ser considerados todos os elementos relativos a realização dos serviços, tais como transportes, materiais e armazenamento, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra, encargos sociais e despesas indiretas, encargos fiscais, tributos, seguros, tarifas de água e luz, licenças, alvarás e outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços;
- e)** no caso de aquisição ou prestação de serviço, objeto desta licitação, ocorrer de fornecedor paranaense, ou seja, em operação interna sujeita ao ICMS, deverá ser praticada com isenção do referido imposto, conforme dispõe o item 114 do Anexo V – Isenções, do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.871/2017, editado com amparo no Convênio ICMS nº 26/2003, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, conforme endereço eletrônico <https://www.sefanet.pr.gov.br/dados/SEFADOCUMENTOS/106201707871.pdf>.
- f)** recomenda-se à licitante interessada em participar do certame a vistoria *in loco* ao(s) imóvel(is) onde serão realizados os serviços, para melhor formulação de suas propostas de acordo com as necessidades locais, com vistas à efetiva prestação dos serviços;
 - f.1)** a visita poderá ser realizada até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do certame, mediante hora marcada. As solicitações de agendamento para realização da visita técnica devem ser encaminhadas ao e-mail visitatecnica@tjpr.jus.br, observando-se o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para envio de confirmação pelo Tribunal de Justiça;
 - f.2)** A empresa vencedora, não poderá eximir-se da responsabilidade assumida com a apresentação da proposta, nem do fiel cumprimento do contrato, alegando desconhecimento do imóvel em questão, ou das condições e peculiaridades do mesmo.

CAPÍTULO 8 – DA ABERTURA E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. A partir do horário e dia referido no preâmbulo terá início a sessão pública do pregão com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lance, quando o Pregoeiro avaliará a aceitabilidade das propostas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

8.4. Após definida a classificação da(s) proponente(s), seu(s) representante(s) deverá(ão) estar conectado(s) na “Sala de Disputa” do sistema para participar da sessão de lances.

CAPÍTULO 9 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à etapa competitiva, momento a partir do qual as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema

eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2. Para efeito de lances será adotado o **MODO DE DISPUTA ABERTO** e considerado o **PREÇO GLOBAL ANUAL** para o lote, obtido da aplicação do percentual de desconto ofertado sobre o valor máximo da ata estabelecido no Capítulo 03 deste edital, consignado na proposta.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.4.1. A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a **R\$ 50,00 (cinquenta reais)** e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.4.2. O intervalo entre os lances intermediários enviados pela mesma licitante e entre os lances que reduzam a melhor proposta apresentada não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.

9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.6. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.

9.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital da Lei Estadual nº 15.608/2007.

9.8. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício após comunicação expressa às participantes.

9.9. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.9.1. A prorrogação automática de que trata o subitem anterior terá duração de 02 (dois) minutos, período este que será renovado sucessivamente sempre que houver lances antes de seu término, inclusive lances intermediários.

9.9.2. Caso não sejam ofertados novos lances no prazo de 02 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.9.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa e em prol da consecução do melhor preço, admitir o reinício da fase de lances.

9.10. Para os lotes não destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte, após a conclusão da etapa de lances, o sistema detectará a existência da situação de empate ficto e convocará, na ordem de classificação, a ME ou EPP para apresentar nova proposta de preço inferior ao menor lance registrado, no prazo de 05 (cinco) minutos. Não havendo

manifestação da licitante convocada, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática.

9.10.1. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que o valor da proposta apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada, desde que esta não esteja enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).

9.10.2. A situação de empate ficto será reapreciada sempre que houver desclassificação ou inabilitação da licitante melhor classificada, ou quando for chamada a licitante remanescente. Nesta hipótese, a licitante será convocada via sistema para apresentar proposta até às 19:00h do primeiro dia útil seguinte.

9.11. Após verificação do empate ficto e caso persista a situação, será adotado como critério de desempate, sucessivamente, a preferência por bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.12. Na hipótese de persistir o empate após a aplicação dos critérios do item acima, a proposta vencedora será obtida mediante sorteio.

CAPÍTULO 10 - DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto, o Pregoeiro encaminhará contraproposta diretamente à licitante detentora do lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor preço.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Concluída a negociação o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

CAPÍTULO 11 - DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA

11.1. A arrematante deverá anexar ao sistema www.licitacoes-e.com.br por meio da opção “**Enviar Anexo**”, até as 19:00h do primeiro dia útil seguinte ao encerramento da etapa de lances, a proposta recomposta assinada contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do **modelo do Anexo III** (disponível para download no site <https://www.tjpr.jus.br/editais>), bem como, os seguintes documentos complementares:

- a) declaração de apresentação de proposta independente, ausência de impedimentos e cumprimento das exigências do edital, conforme o **modelo do Anexo IV**;
- b) declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o **modelo do Anexo V**;

b.1) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação SIMPLES NACIONAL;

c) declaração conforme **modelo do Anexo VII** de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;

11.1.1. Na recomposição final, os preços unitários e totais dos itens que compõem a proposta recomposta não poderão ultrapassar os valores máximos que estão fixados neste edital, bem como, não poderão ser majorados os valores unitários consignados na proposta inicial.

11.2. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta cadastral da empresa ([Portal da Transparência do Governo Federal](#), [TCU](#), [SICAF](#), [SIMPLES NACIONAL](#), [GMS/PR](#), [TCE/PR](#) e [Hermes/TJ-PR](#)), bem como do sócio majoritário no cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade ([CNIA/CNJ](#)).

11.2.1. Será ainda consultada a situação da licitante no [Cadastro Informativo Estadual – CADIN](#) para verificar eventual impedimento de contratar e receber pagamentos.

11.3. A licitante poderá se cadastrar junto ao sistema SEI-TJPR, por meio do endereço <https://sei.tjpr.jus.br/externo>, o qual será utilizado para assinatura de documentos relativos à contratação, futuras comunicações e ciência de outros atos decorrentes desta licitação.

11.3.1. Também serão considerados idôneos para todas as comunicações os meios indicados pela arrematante na sua proposta (telefone, endereço para correspondência e e-mail que deve ser acessado nos dias úteis).

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1 poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de lotes da licitação.

11.4.1. É vedada a inclusão de documento que deveria constar originariamente da proposta inicial no prazo previsto no item 11.4, com exceção de documento que venha atestar condição pré-existente à abertura da sessão.

CAPÍTULO 12 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço global anual para o lote.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os preços unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os de menor valor.

12.2. Será desclassificada a proposta:

- a)** formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b)** que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c)** que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d)** com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no Anexo II, conforme dispõe o art. 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná, ou preços

manifestamente inexequíveis, observados os termos do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/1993;

- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

12.3. No julgamento das propostas o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal deste Tribunal de Justiça ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar suas decisões.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

12.6. Nos casos de licitação fracassada quando todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá conceder prazo para apresentação de novas propostas na forma do §3º do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CAPÍTULO 13 – DA HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:

- a) habilitação jurídica;
- b) regularidade fiscal e trabalhista;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) qualificação técnica;
- e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

13.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

- a) cópia do contrato social (ou instrumento equivalente - tais como estatuto social ou requerimento de empresário) com alterações e consolidação em vigor;
- b) certidão simplificada ou de inteiro teor, expedida pela Junta Comercial ou repartição competente.

13.3. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista que não estejam disponíveis em consulta pública na internet:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da arrematante;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da arrematante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB);
- e) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

13.4. Documentos relativos à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**:

- a) certidão(ões) negativa(s) de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da arrematante pessoa jurídica, ou certidão judicial atualizada de plano de recuperação acolhido ou homologado.

a.1) a certidão negativa de falência ou recuperação judicial deve ser expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

13.5. Documentos relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) nomeação de 1 (um) Engenheiro Eletricista, devidamente habilitado e registrado no CREA, pertencente ao quadro permanente da empresa a ser nomeado como responsável técnico pela execução dos serviços conforme o modelo do Anexo VI;

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da empresa e Certidão de Registro de Pessoa Física do seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;

b.1) o vínculo contratual ou empregatício do profissional nomeado deverá ser demonstrado em até 10 dias da assinatura do termo contratual objeto da presente licitação, através de um destes documentos: Contrato Social (no caso de sócio da empresa), CTPS ou Contrato de Prestação de Serviços;

c) se houver alteração no quadro de responsabilidade técnica da empresa, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo Tribunal de Justiça, sob pena de inabilitação ou rescisão contratual;

c.1) no caso de outra titulação que não aquelas elencadas no item acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais;

d) prova de que tenha executado serviços de Manutenção de Geradores de Energia, qualquer dimensão e modelo, contendo, necessariamente a especificação dos serviços executados e os prazos de execução, por meio de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, que atenda ao contido nos itens “d.1” e “d.2” sendo que os mesmos devem comprovar a execução do serviço por período de no mínimo de 01 (um) ano;

d.1) as Certidões de Acervo Técnico emitidas sem Atestado de Capacidade Técnica, deverão discriminar todas as exigências técnicas elencadas acima;

d.2) nos casos de Certidões de Acervo Técnico emitidas com Atestado de Capacidade Técnica, este deverá também ser apresentado, devidamente firmado pelo contratante do projeto (público ou particular) e chancelado pelo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU);

d.3) a empresa licitante deverá comprovar atendimento ao item “d”, mediante uma ou mais Certidões de Acervo Técnico e/ou Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar tal aptidão, não sendo permitida a soma de certidões e/ou atestados para comprovação do acervo;

OBSERVAÇÃO: OS ACERVOS E ATESTADOS APRESENTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL (DA EMPRESA), ONDE DEVE CONSTAR O NOME DA LICITANTE COMO EMPRESA EXECUTORA, IRÁ SE RESTRINGIR ÀS ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA OS QUAIS FORAM EMITIDOS ESTES ACERVOS E ATESTADOS

d.4) os documentos solicitados a serem apresentados em nome dos profissionais indicados como responsáveis técnicos constituem comprovação de capacitação técnico-profissional, e os documentos solicitados a serem apresentados em nome da empresa constituem comprovação de capacitação técnico-operacional;

d.5) em caso de divergência entre os dados de comprovação de qualificação técnica constantes na Certidão de Acervo Técnico e no respectivo Atestado de Capacidade Técnica, prevalecerá aquela que indicar o menor valor numérico;

d.6) o Atestado de Capacidade Técnica serve para comprovar a execução dos serviços discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada, que pode conter

características, quantidades, prazos e níveis de satisfação de modo a complementar, caso necessário, o constante na Certidão de Acervo Técnico.

13.6. Documento relativo ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

a) declaração conforme modelo do Anexo VII de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

13.7. A habilitação da arrematante cadastrada no SICAF será verificada por consulta aos documentos abrangidos pelo sistema e por meio de documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos de habilitação previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema www.licitacoes-e.com.br, nos termos deste edital.

13.7.1. Os documentos abrangidos pelo SICAF são os relativos a:

- a)** habilitação jurídica, exceto comprovação de legitimidade para assinatura de propostas e contratos de seu representante legal ou procurador;
- b)** regularidade fiscal e trabalhista;
- c)** qualificação econômico-financeira;
- d)** qualificação técnica.

13.7.1.1. A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.8. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

13.9. Nos casos de licitação fracassada quando todas as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro poderá conceder prazo para apresentação de novas propostas na forma do §3º do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CAPÍTULO 14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no site do Banco do Brasil S.A para a participação do certame.

14.1.1. O CNPJ que deve constar nas certidões será da matriz, se a licitante for a matriz;

14.1.2. O CNPJ que deve constar nas certidões será da filial, se a licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA);

14.1.3. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou lote respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Havendo alguma irregularidade ou restrição quanto aos documentos para prova de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e as empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for

declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. O Pregoeiro poderá sanar irregularidade de habilitação se ausente ou vencido documento disponível em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, nos termos do art. 64, §4º, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

14.5. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e, não havendo manifestação de recurso, poderá adjudicar-lhe o objeto.

14.5.1. A comissão de licitação deverá solicitar à vencedora o cadastro obrigatório de usuário externo junto ao sistema SEI-TJPR.

14.6. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

14.7. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da habilitação, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia.

CAPÍTULO 15 - DOS RECURSOS

15.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema e de forma motivada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decadência do direito.

15.2. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licit@tjpr.jus.br.

15.3. As razões e contrarrazões deverão ser protocolizadas por meio de formulário eletrônico disponível no endereço <https://www.tjpr.jus.br/protocolo-admin>, no site do Banco do Brasil em anexo de proposta ou fisicamente na Divisão de Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça (Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, CEP 80.030-901, de 12:00h a 18:00h nos dias úteis).

15.4. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 5 (cinco) dias para:

- a) negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- b) motivadamente, reconsiderar a decisão;
- c) manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá 5 (cinco) dias úteis para decidir.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15.7. Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

CAPÍTULO 16 – DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada por termo de contrato, a ser assinado pela adjudicatária no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período a critério deste Tribunal, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.2. Como condição para celebração do contrato a adjudicatária deverá:

- a) manter as condições de habilitação;
- b) não possuir fato impeditivo perante os cadastros do ([Portal da Transparência do Governo Federal](#), [TCU](#), [SICAF](#), [GMS/PR](#), [TCE/PR](#) e [Hermes/TJ-PR](#));
- c) não possuir registro no [Cadastro Informativo Estadual – CADIN](#), nos termos do art. 3º da Lei Estadual nº 18.466/2015, c/c. art. 7º do Decreto Estadual nº 1.933/2015.

16.3. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste edital, na proposta da adjudicatária e na minuta contratual (anexo VIII).

16.4. Em caso de recusa ou impossibilidade da adjudicatária em assinar o termo do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, realizar os serviços, o Tribunal de Justiça adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como poderá convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos deste edital e feita a negociação, contratar com a Administração.

16.5. A correta emissão da nota fiscal é de responsabilidade da contratada e o faturamento deverá obedecer à legislação tributária que rege a matéria, devendo retratar a realidade da operação realizada e seus respectivos valores.

16.6. É obrigação da contratada manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.7. A CONTRATADA fica obrigada a comparecer, dentro do prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a fim de efetuar junto ao CONTRATANTE, depósito de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, a título de caução de execução, respeitados os acréscimos e supressões do objeto, nos termos da respectiva cláusula da minuta contratual.

CAPÍTULO 17 – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO E DO PAGAMENTO

17.1. As condições de entrega e/ou prestação dos serviços dar-se-ão segundo as regras previstas no termo de referência (Anexo I) e na minuta contratual (Anexo VIII).

17.2. O recebimento do objeto será feito em conformidade com o disposto nos artigos 123 e 124 da Lei Estadual nº 15.608/2007, segundo as regras previstas no termo de referência (Anexo I) e na minuta contratual (Anexo VIII).

17.3. O pagamento será efetuado de acordo com o prazo e as regras previstas no termo de referência (Anexo I) e na minuta contratual (Anexo VIII).

17.3.1. A contratada deverá formular pedido de pagamento, por meio do endereço eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/protocolo-admin> (opção “contratados”) ou protocolizar no Departamento de Gestão Documental, acompanhado da nota fiscal/fatura emitida com o CNPJ do contratante (77.821.841/0001-94), devidamente instruído com a documentação exigida no Termo de Referência (Anexo I) e na minuta contratual (Anexo VIII).

17.3.2. De conformidade com a legislação, o Contratante efetuará a retenção da tributação pertinente, exceto quanto aos tributos PIS, COFINS e CSLL (IN 01/2019-DTE/SEFA).

17.3.3. Como condição para o pagamento será consultada a situação da licitante no [Cadastro Informativo Estadual – CADIN](#), bem como a compatibilidade do CNAE com o objeto, para verificar eventuais impedimentos.

17.4. Ocorrendo atraso injustificado no pagamento o Tribunal de Justiça, se provocado, arcará com a correção do valor em atraso, estipulado conforme disposto no termo de referência (Anexo I) e na minuta contratual (Anexo VIII).

17.5. Os requerimentos ou manifestações da vencedora/contratada, referentes à execução do objeto (por ex: alteração de marcas, prorrogação de prazos, etc), deverão ser devidamente motivados, instruídos com documentos hábeis e protocolizados antes do término do prazo de entrega mediante formulário eletrônico disponível no endereço <https://www.tjpr.jus.br/protocolo-admin> ou fisicamente na Divisão de Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça (Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, CEP 80.030-901), observando-se o horário das doze (12:00) às dezoito (18:00) horas, dos dias úteis.

17.5.1. O prazo de entrega do objeto ou da execução do serviço previsto originalmente não será suspenso, exceto quando autorizado na decisão da Autoridade Competente.

CAPÍTULO 18 - DA LEI ANTICORRUPÇÃO

18.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

CAPÍTULO 19 - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A licitante que incorrer em infrações administrativas sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa, na forma prevista neste instrumento convocatório, com relação às infrações previstas neste edital, cometidas no processo licitatório;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça, por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- e) sanções previstas na minuta contratual às infrações cometidas na fase de execução contratual;
- f) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

19.2. A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

19.3. Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação.

19.4. Ficam estipuladas as seguintes multas:

19.4.1 multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta, nas hipóteses:

19.4.1.1 a quem, quando solicitado, não entregar a documentação exigida para o certame, deixar de apresentar documento na fase de saneamento ou pré-contratual;

19.4.1.2 por não manter a proposta, deixar de assinar a ata de registro de preços, contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente;

19.4.1.3 por apresentar declaração falsa e/ou documento falso;

19.4.1.4 por fazer declaração falsa na fase de habilitação;

19.4.2 multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do pedido por deixar de assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços;

19.5. Fica estipulada a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos, na hipótese de:

19.5.1. Recusa injustificada, após ser considerada adjudicatária, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

19.5.2. Não manter sua proposta;

19.5.3. O licitante vencedor não reunir os requisitos de habilitação necessários à sua contratação, nos termos do § 3º do art. 84 da Lei nº 15.608/07.

19.6. Nas hipóteses do item 19.5.3, será aplicada cumulativamente multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta.

19.7. A aplicação da sanção nas hipóteses previstas no item 19.5 deve observar o prazo de duração de no máximo 02 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, observado o disposto no art. 158 da Lei Estadual nº 15.608/07.

19.7.1. Quando a participante for punida com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibida de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior, nos termos do art. 155 da Lei Estadual nº 15.608/07.

19.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição por até 5 (cinco) anos, será aplicada nas hipóteses em que o licitante:

19.8.1. Fizer declaração falsa na fase de habilitação;

19.8.2. Apresentar documento falso;

19.8.3. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

19.8.4. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

19.9. A conduta que seja considerada comportamento inidôneo e que não se enquadre em qualquer das condutas dispostas no presente capítulo estarão sujeitas às penas do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

19.10. Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/07.

19.10.1. A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer licitação promovida por este Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

19.11. As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:

19.11.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios (art. 158, I da Lei Estadual 15.608/07);

19.11.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior (art. 158, II da Lei Estadual 15.608/07).

19.12. Caso a licitante incorra em uma das condutas elencadas no presente capítulo, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade e eventual aplicação de sanções, em que será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

19.12.1. As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.

19.12.1. Após a regular tramitação do procedimento descrito no *caput* e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

19.12.1.1. Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

19.13. Qualquer multa ou encargo imputado à empresa, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

19.14. As disposições do Capítulo de Penalidades não excluem a responsabilização da licitante por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

19.15. Quando a conduta da empresa acarretar na frustração do certame deverá ressarcir o Tribunal de Justiça no valor correspondente ao custo do processo de licitação, sem embargo de indenização suplementar caso o prejuízo exceda à referida quantia.

CAPÍTULO 20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O Tribunal de Justiça informa às licitantes que os dados pessoais e dados pessoais sensíveis apresentados no procedimento licitatório receberão o tratamento de acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Estadual nº 16.595/2010, visando o atendimento do interesse público.

20.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação:

- a)** promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta, com exceção de documento que venha atestar condição pré-existente à abertura da sessão;
- b)** relevar erros materiais, formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não alterem os parâmetros da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;
- c)** convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

20.3. A homologação do julgamento caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá, em despacho circunstanciado e no interesse público, presentes os requisitos legais, revogar a licitação ou anulá-la na hipótese de ilegalidade, sem que caiba à licitante direito a indenização.

20.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e no contrato exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme prescreve o artigo 163 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

20.4.1. Só iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na Secretaria do Tribunal de Justiça, verificável através do endereço <https://www.tjpr.jus.br/calendario>.

20.5. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.6. Fica entendido que o presente edital e todos os seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição que se mencione em um, e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

Curitiba, 29 de março de 2023.

LEONEL JUNIOR PEDRALI

Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura

ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

Anexo I	Termo de Referência;
Anexo II	Especificações dos lotes e itens;
Anexo III	Modelo de proposta comercial - itens 7.2, "a" e 11.1;
Anexo IV	Declaração de apresentação de proposta independente, ausência de impedimentos e cumprimento das exigências do edital.
Anexo V	Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.
Anexo VI	Modelo de Termo de Nomeação
Anexo VII	Declaração de não utilização de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres.
Anexo VIII	Minuta contratual
Anexo IX	Elementos Técnicos

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8880959 - DEA-DPCESEI!TJPR Nº 0061620-68.2022.8.16.6000
SEI!DOC Nº 8880959**UNIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO CONTRATO**

Divisão de Controle de Contratos do Departamento de Engenharia e Arquitetura

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

Divisão de Engenharia do Departamento de Engenharia e Arquitetura

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento licitatório é a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DOS DOIS GERADORES DE ENERGIA DO PRÉDIO ANEXO AO PALÁCIO DA JUSTIÇA., e a MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS GERADORES DE EMERGÊNCIA DOS PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE INSUMOS, MATERIAIS, PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, com base no Parecer 7700089 DEA-DE.

1.2. Conforme constante no documento SEI nº [7700089](#) - DEA-DE, da destinação:

a) Curitiba

- Palácio da Justiça: Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº.

2 (dois) geradores Stemac de potência 450 kVA;

- Palácio da Justiça Prédio Anexo: Rua Pref. Rosaldo Gomes M. Leitão, s/nº.

2 (dois) geradores Stemac de potência 450 kVA;

- Centro Judiciário - Fórum Criminal e Juizados Especiais: Av. Anita Garibaldi, 750.

3 (três) de potência 1.875 kVA e (um) conjunto moto-bomba a diesel;

- Sede Mauá: Rua Mauá, 920.

1 (Um) Gerador Maquigeral de potência 450 kVA;

- Fórum da Família, da Criança e do Adolescente: Rua da Glória, 290.

1 (Um) Gerador Base Sólida de potência 22kVA (alimenta o motor de ventilação de escadarias de saída de incêndio);

- Fórum Cível II: Rua Mateus Leme, nº 1142

2 (dois) Geradores Branco de potência 13,2kVA (alimentam os motores de ventilação de escadarias de saída de incêndio).

b) Outras Comarcas

- Fórum Foz do Iguaçu: Av. Pedro Basso, 1001

1 (Um) Gerador Stemac de potência 150 kVA;

- Fórum Cível Londrina: Av. Duque de Caxias, 689

1 (Um) Gerador Cummins 500 kVA;

- Fórum Criminal Londrina: Av. Tiradentes, nº 1575.

1 (Um) Gerador Leão 642 kVA;

- Guarapuava: Av. Manoel Ribas, nº 500.

1 (Um) Gerador Stemac de potência 750 kVA.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Conforme documento SEI nº [7700089](#) - DEA-DEA:

"Os geradores de energia são importantes e devem estar em pleno funcionamento para prevenir que eventuais quedas de energia que acarretem prejuízos aos trabalhos forenses ou comprometam a segurança das edificações.

Para atender às atuais necessidades do TJPR é preciso licitar o contrato de manutenções periódica dos geradores de energia com a inclusão das novas demandas, que são a moto-bomba (já existente) do sistema de incêndio do Centro Judiciário de Curitiba e do novo gerador de energia do bloco Criminal de Londrina, além da modernização do sistema de controle dos dois geradores de energia do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça."

2.2. Conforme documento SEI nº [8803233](#) - DEA-DE, para o agrupamento da manutenção de todos os geradores em uma única contratação:

"Justifica-se a manutenção de todos os geradores e bomba em apenas uma única contratação pelo princípio da economicidade, principalmente de mão de obra dos diversos setores de tramitação dos processos do TJPR na contratação e no pagamento. Por exemplo, a título de comparação, é notório que é mais vantajoso realizar uma única licitação e 12 (doze) pagamentos por ano do que 9 (nove) licitações e 108 (cento e oito) pagamentos. Inclusive, a divisão em contratações apartadas provavelmente seria inviável para a atual estrutura do DEA.

Além disso, sabe-se que no Paraná há poucas empresas especializadas e qualificadas, assim o agrupamento deve atrair concorrentes de outros estados, os quais poderão ver um serviço mais substancial consequentemente o custo final dos serviços deve ser menor.

Adicionalmente informo que o agrupamento em contratação única deve evitar que alguma máquina ou Comarca fique desprovida de atendimento, por não ser financeiramente ou geograficamente interessante a nenhuma empresa."

3. DO PREÇO MÁXIMO

3.1. Conforme documento SEI nº [7700089](#) - DEA-DE:

" Em conformidade com a Instrução Normativa nº 08/2017, verifica-se que os valores válidos orçados para os serviços formam o valor:

- **R\$ 419.883,70 (quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e oitenta e três reais e setenta centavos).**

Este valor está distribuído da seguinte forma:

- **R\$ 169.883,70 (cento e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e três reais e setenta centavos)** para as manutenções periódicas de **16 (dezesesseis)** máquinas com pagamentos mensais;

- **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)** para o serviço de modernização do sistema de controle dos dois geradores de energia do Prédio Anexo."

4. DO PRAZO

4.1. O prazo para os serviços de manutenção preventiva e corretiva será de 12 (doze) meses.

4.2. O prazo para a modernização do sistema de controle dos 2 (dois) geradores de energia do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça, será de 90 (noventa) dias.

4.3. O período de vigência contratual é de 12 (doze) meses, podendo este contrato ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses no interesse da Administração Pública.

5. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. O contrato será executado em regime de empreitada por preço unitário.

5.1.1. De acordo com as diretrizes do Acórdão nº 1977/2013 – Plenário, o regime de execução de empreitada por preço unitário é aquele destinado a empreendimentos que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas, como por exemplos: execução de fundações; serviços de terraplanagem; desmontes de rochas; implantação, pavimentação ou restauração de rodovias; construção de canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento, infraestrutura urbana; obras portuárias, dragagem e derrocamento; REFORMA DE EDIFICAÇÕES; e construção de poço artesiano.

5.2. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço global.

6. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. As especificações técnicas encontram-se no documento denominado Caderno de Encargos SEI nº [8832500](#) - DEA-DE.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

7.1 O objeto a ser contratado é classificado como “serviços comuns de engenharia”, devido à necessidade de responsabilidade e capacitação técnica.

8. DA RESERVA ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação de empresa para a MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DOS DOIS GERADORES DE ENERGIA DO PRÉDIO ANEXO AO PALÁCIO DA JUSTIÇA e para a MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS GERADORES DE EMERGÊNCIA DOS PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE INSUMOS, MATERIAIS, PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS, ficarão à conta da dotação orçamentária do Departamento Econômico e Financeiro – DEF, do exercício de 2023, pelo elemento 3.3.90.39.17 – denominado Despesa Corrente - outros serviços de terceiros PJ/ Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos.

9. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

9.1. Conforme Parecer DEA-DE 7891664, os critérios de sustentabilidade estão definidos nos cadernos e projetos que compõem o presente Projeto Básico, atentando-se para os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas que deram origem aos bens ou serviços a serem contratados, bem como o descarte dos resíduos da construção.

9.1.1 A CONTRATADA deverá realizar a retirada de combustível tanques dos geradores quando tecnicamente necessário por questões de validade, bem como realizar sua destinação ambientalmente correta.

9.1.2 A CONTRATADA deverá realizar a destinação de filtros, óleos, baterias e peças que forem trocados, bem como suas respectivas caixas e embalagens”.

9.2. Consideram-se como produtos mais sustentáveis aqueles:

a) cujo processo produtivo implique menor uso de energia, água e matéria-prima;

b) cujo processo produtivo implique geração reduzida de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa;

c) oriundos de fonte renovável;

d) cujos resíduos gerados no fim da sua vida útil possam ser reciclados, reaproveitados ou ainda retornados à cadeia produtiva, ou ainda destinados, conforme o sistema de logística reversa, para destinação final adequada;

e) que possuam qualidade, sejam úteis, duráveis e resistentes, com redução dos custos de manutenção;

f) cuja vida útil esteja em equilíbrio com seu custo-benefício (maior vida útil do bem e da obra), inclusive com menor custo de manutenções, se for o caso;

g) devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem que utilize materiais reciclados ou recicláveis, com o menor volume possível, porém com garantia de proteção durante o transporte e o armazenamento;

h) que privilegiam a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte: uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa;

i) em que as substâncias tóxicas podem ser substituídas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

10. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

10.1. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio tendo em vista que não se trata de objeto de alta complexidade ou vulto que torne restrito o universo de possíveis licitantes, em razão da natureza, complexidade e porte dos serviços. As empresas atuantes no mercado possuem, sozinhas, condições de realizar o objeto da licitação e de suprir os requisitos do edital, aumentando a concorrência, pois assim concorrem entre si.

10.2. O objetivo em vedar a participação de empresas em consórcio é de evitar uma possível associação entre empresas interessadas e perfeitamente aptas a executar integralmente o objeto licitado, as quais poderiam, em vez de estabelecer disputa entre si, formalizar acordos para eliminar a competição.

11. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

11.1. A presente licitação será em lote único, estando tal formatação nas proporções que se encontra adequada para proporcionar a competitividade esperada para o certame.

11.2. Conforme informação nº [7890916](#) DEA-DE:

"Para a presente contratação recomenda-se que todos os serviços sejam executados por uma única empresa, portanto trata-se de um único lote com dois itens, sendo um referente às manutenções mensais e o outro relativo à execução da modernização do painel de comando.

A união desses dois itens em um único lote é justificado pela complexidade dos sistema dos geradores de energia, onde é necessário que uma única empresa faça a instalação e depois continue prestando as manutenções do conjunto e arcando com seus custos. Isso deve favorecer à entrega de um produto melhor e evitar que um mesmo objeto tenha duas empresas responsáveis. Deve ser considerado que quando houver alguma falha de funcionamento a fiscalização deverá saber claramente a quem recorrer e a quem responsabilizar."

12. DA PROPOSTA

12.1. A proposta inicial deverá ser elaborada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico – site www.licitacoes-e.com.br, até o horário definido no preâmbulo do edital;

12.1.1 Deverá indicar o valor proposto, resultante da aplicação do percentual de desconto ofertado sobre o valor máximo previsto no preâmbulo deste Edital, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

12.2. Não haverá necessidade de apresentação de valor unitário para cada item da planilha quantitativa em anexo, uma vez que do valor proposto pela empresa será extraído o respectivo percentual de desconto em relação ao valor máximo da licitação, o qual será aplicado linearmente para todos os itens do mencionado Anexo.

12.3) No preço proposto deverão ser considerados todos os elementos relativos a realização dos serviços, tais como transportes, materiais e armazenamento, equipamentos, ferramentas, mão-de-

obra, encargos sociais e despesas indiretas, encargos fiscais, tributos, seguros, tarifas de água e luz, licenças, alvarás e outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

12.4. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

12.4.1. Será aceita a proposta de preço e a descrição do objeto que for indicada no campo específico do sistema licitacoes-e denominado "Informações Adicionais".

12.5. A licitante poderá, até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, **excluir ou substituir a proposta anteriormente apresentada.**

12.6. A licitante **não poderá se identificar** (nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, site da empresa, etc.), sob pena de desclassificação.

12.7. A apresentação de proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital, em especial:

a) Prazo de validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º da Lei Estadual nº 15.608/07.

b) Prazo de início da prestação de serviços deverá iniciar a partir do recebimento ou da data estabelecida na Ordem de Execução de serviço;

c) Conhecimento e aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas neste edital e seus anexos; especificações e condições para execução dos serviços;

d) Conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços contratados, na forma estabelecida neste Edital;

e) Inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame, e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores.

f) Responsabilidade pela fidelidade e veracidade dos documentos apresentados.

g) os preços ofertados deverão refletir o preço CIF de mercado, ou seja, abrangendo todas as despesas que incidirem sobre eles, tais como, seguro, impostos, taxas, fretes, etc., e todas as obrigações previstas nas especificações técnicas.

12.8. No caso de a aquisição ou prestação de serviço, objeto desta licitação, ocorrer de fornecedor paranaense, ou seja, em operação interna, deverá ser praticada com isenção do ICMS, conforme dispõe o item 121 do Anexo I – Isenções, do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.080/2012, editado com amparo no Convênio ICMS nº 26/2003, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, conforme endereço eletrônico: http://www.comprasparana.pr.gov.br/arquivos/File/ISENCAO_DO_ICMS_COMPRASPARANA.pdf.

12.9. A proposta apresentada deverá refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação e atender ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), segundo o qual: **"A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores"**.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. O proponente deverá apresentar para sua habilitação, no prazo e forma do item 9.5 os documentos relacionados abaixo:

a) Cópia do Contrato Social (ou instrumento equivalente - tais como estatuto social ou requerimento de empresário) e alterações, em vigor, devidamente registrado, bem como **Certidão simplificada ou de inteiro teor expedida pela Junta Comercial ou repartição competente** (registro comercial no caso de empresa individual) ou, se prestadora de serviços, registro junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos), dentro do prazo de validade;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) Certidão negativa de tributo municipal (ISS) do domicílio da licitante;

d) Certidão negativa da dívida ativa do Estado (ICMS) do domicílio da licitante;

e) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.440/2011;

g) Certidão(ões) negativa(s) de pedido de recuperação judicial e falência, emitida(s) pelo Distribuidor(es) da Comarca onde está sediada a empresa, dentro de seus respectivos prazos de validade, se expressos. Não havendo menção quanto ao prazo de validade, a(s) certidão (ões) deverá (ão) ser expedida (s) até 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

h) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;

i) Declaração de que não utilização de mão-de-obra de menores de 18 anos, em atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF, expedida conforme modelo padrão do edital;

j) Nomeação de 1 (um) Engenheiro Eletricista, devidamente habilitado e registrado no CREA, pertencente ao quadro permanente da empresa a ser nomeado como responsável técnico pela execução dos serviços conforme o modelo anexo.

k) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da empresa e Certidão de Registro de Pessoa Física do seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;

k.1) O vínculo contratual ou empregatício do profissional nomeado deverá ser demonstrado em até 10 dias da assinatura do termo contratual objeto da presente licitação, através de um destes documentos: Contrato Social (no caso de sócio da empresa), CTPS ou Contrato de Prestação de Serviços;

l) Se houver alteração no quadro de responsabilidade técnica da empresa, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo Tribunal de Justiça, sob pena de inabilitação ou rescisão contratual.

l.1) No caso de outra titulação que não aquelas elencadas no item acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais.

m) A empresa licitante deverá apresentar prova de que tenha executado serviços de Manutenção de Geradores de Energia, qualquer dimensão e modelo, contendo, necessariamente a especificação dos serviços executados e os prazos de execução, por meio de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, que atenda ao contido nos itens “m.1” e “m.2” sendo que os mesmos devem comprovar a execução do serviço por período de no mínimo de 01 (um) ano,

m.1) As Certidões de Acervo Técnico emitidas sem Atestado de Capacidade Técnica, deverão discriminar todas as exigências técnicas elencadas acima.

m.2) Nos casos de Certidões de Acervo Técnico emitidas com Atestado de Capacidade Técnica, este deverá também ser apresentado, devidamente firmado pelo contratante do projeto (público ou particular) e chancelado pelo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU);

m.3) A empresa licitante deverá comprovar atendimento ao item “m”, mediante uma ou mais Certidões de Acervo Técnico e/ou Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar tal aptidão, não sendo permitida a soma de certidões e/ou atestados para comprovação do acervo;

OBSERVAÇÃO: OS ACERVOS E ATESTADOS APRESENTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL (DA EMPRESA), ONDE DEVE CONSTAR O NOME DA LICITANTE COMO EMPRESA EXECUTORA, IRÁ SE RESTRINGIR ÀS ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA OS QUAIS FORAM EMITIDOS ESTES ACERVOS E ATESTADOS.

m.4) Os documentos solicitados a serem apresentados em nome dos profissionais indicados como responsáveis técnicos constituem comprovação de capacitação técnico-profissional, e os documentos solicitados a serem apresentados em nome da empresa constituem comprovação de capacitação técnico-operacional.

m.5) Em caso de divergência entre os dados de comprovação de qualificação técnica constantes na Certidão de Acervo Técnico e no respectivo Atestado de Capacidade Técnica, prevalecerá aquela que indicar o menor valor numérico.

m.6) O Atestado de Capacidade Técnica serve para comprovar a execução dos serviços discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada, que pode conter características, quantidades, prazos e níveis de satisfação de modo a complementar, caso necessário, o constante na Certidão de Acervo Técnico.

13.2. No caso de certidão obtida via internet, as mesmas estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade, pelo Pregoeiro ou por Membro da Equipe de Apoio.

13.3. A proponente que possua matriz e filiais e tenha apresentado proposta com CNPJ da matriz, mas pretenda executar o contrato com CNPJ da filial, deverá apresentar os documentos mencionados nas letras “c”, “d”, “e”, “f” e “h” relativos à matriz e à filial que irá cumprir o objeto do contrato.

13.4. Quanto à regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão sanear defeito constatado na habilitação apenas se apresentarem na sessão todos os documentos previstos neste Capítulo, mesmo que contenha algum vício, observado o prazo estipulado no item abaixo.

13.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43 §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

13.5.1. A não-regularização fiscal e trabalhista da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13.6. A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos, ou sua apresentação em desconformidade com o presente edital implicará na inabilitação da licitante, mesmo se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, ressalvado o contido no item acima.

13.6.1. Permanecendo o defeito na documentação, o Pregoeiro declarará a empresa inabilitada e procederá a análise da documentação da licitante subsequente.

13.7. Somente será considerado habilitado a licitante que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

13.8. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 90 (noventa) dias contados a partir da sua expedição, à exceção da declaração exigida na alínea “i” do item 13.1.

14. DA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

14.1. Deixa-se de aplicar, no presente caso, o benefício previsto no art. 48, inciso I, do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e no art. 6º do Decreto Estadual nº 2.474/2015, que versa sobre a licitação exclusiva à participação de ME e EPP quando o valor global da contratação for de até R\$ 80.000,00, pois o preço máximo deste certame foi fixado em **R\$ 419.883,70 (quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e oitenta e três reais e setenta centavos)**, conforme Capítulo 3.

14.2. Deixa-se, também, de aplicar o benefício do inciso II do artigo 48 do referido Estatuto, pois a execução do objeto por mais de uma empresa concomitantemente poderá trazer prejuízos ao prazo e à boa execução e fiscalização do contrato, não se mostrando vantajosa também em razão da falta de estrutura gerencial e de pessoal deste Departamento.

14.3. Por fim, não se aplica o benefício do inciso III (estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte) pois o objeto do presente certame é a contratação de obra de engenharia e não aquisição de bens divisíveis.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. Para o cumprimento do objeto do Contrato, e sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, a CONTRATADA poderá subcontratar serviços que exigem maior grau de especialização: rebobinagem, testes de megagem, automação, retífica, pintura, programação, consertos em peças mecânicas e outros similares que forem apresentados e aprovados pela fiscalização no decorrer do contrato, bem como subcontratar técnicos regionalizados para as manutenções preventivas mensais.

15.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

15.3. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços subempreitados, em conformidade com a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

15.4. As subcontratações de serviços não elencados no item anterior, serão admitidas, desde que fundamentadas, previamente requeridas e aprovadas pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça.

15.5. Caberá a SUBCONTRATANTE o acompanhamento e fiscalização das SUBCONTRATADAS, em especial, para que as mesmas mantenham vigentes as condições de regularidade jurídica, fiscal e técnica.

15.6. A CONTRATADA incluirá em todos os Contratos que vier a celebrar com os subcontratados dispositivo que permita ao CONTRATANTE exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, nos termos estabelecidos no Contrato.

15.7. A SUBCONTRATADA ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o CONTRATANTE responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da SUBCONTRATADA, quer por danos a terceiros, resultante de sua ação, omissão ou negligência.

15.8. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DAS EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS DA CONTRATAÇÃO

16.1. Não existem exigências específicas para a presente contratação, deverão ser mantidas os padrões da Minuta do Edital.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento, será feito conforme cronograma da contratação, pelo CONTRATANTE, de acordo com os serviços efetivamente executados e em conformidade com a estimativa de execução constante no Anexo I do Contrato, sendo que as manutenções preventivas serão pagas mensalmente e a Modernização do Sistema de Controle dos Geradores do Prédio Anexo paga em parcela única, ambas mediante requerimento subscrito pela CONTRATADA, contendo a respectiva fatura ou nota fiscal, com descrição dos serviços prestados juntamente com a apresentação do “atestado de execução de serviço” conjuntamente assinado pelo executor dos serviços e por servidor do Tribunal de Justiça designado, depois de vencido o mês da efetiva prestação dos serviços e no prazo de 20 (vinte) dias a contar do protocolo da solicitação.

17.2. O CONTRATANTE reserva-se no direito de somente efetuar o pagamento dos serviços prestados após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento e recolhimento dos correspondentes encargos sociais, das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciários, mediante a apresentação dos seguintes documentos, em meio digital:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- b) Certidão Negativa de Tributos Municipais (ISS) do domicílio ou sede do licitante;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais (ICMS) do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- f) Guia da Previdência Social – GPS e respectivo comprovante de recolhimento;
- g) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF e respectivo comprovante de recolhimento;
- h) Declaração nominal dos empregados que efetivamente prestaram serviços junto ao CONTRATANTE;
- i) Relação dos Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP que efetivamente prestaram serviços junto ao CONTRATANTE;
- j) Recibos de Pagamento dos empregados;
- k) Declaração de que possui escrituração contábil, firmada pelo contador e pelo responsável pela empresa, e que os valores apresentados encontram-se devidamente contabilizados.

17.3. Para a liberação de cada parcela mensal deverá ser apresentado, juntamente com o pedido de pagamento, o relatório das manutenções realizadas no respectivo mês, com as especificações e quantidades de peças substituídas, análise das medições efetuadas e do funcionamento dos

equipamentos e parecer do responsável técnico da Contratada, conforme alínea “s” da Cláusula Quinta deste Contrato – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

17.3.1 Para a liberação da última parcela (12ª) deverá ser apresentado o Relatório de Inspeção Anual – RIA de cada gerador, de acordo com a legislação vigente, conforme exige a alínea “t” da Cláusula Quinta deste Contrato – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

17.4. Na eventualidade de a empresa contratada apresentar pedido de pagamento sem condições de processamento e em desacordo com o disposto neste Capítulo, será notificada para sanar as pendências encontradas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de abertura de procedimento administrativo por descumprimento de Cláusula Contratual.

17.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo a CONTRATANTE deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa e indenizações devidas pela CONTRATADA, que tenham sido constituídas após procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

17.6. O Tribunal de Justiça efetuará o respectivo pagamento pelos valores constantes na nota de empenho até o 20º (vigésimo) dia a contar da data do protocolamento do requerimento de pagamento. Ocorrendo atraso na realização dos serviços, o prazo fixado ficará suspenso, continuando a fluir somente após a CONTRATADA ter efetuado o serviço o qual será submetido à avaliação e aprovação do setor competente.

17.7. Em conformidade com a legislação, o CONTRATANTE efetuará a retenção da tributação pertinente.

17.8. Caso a(s) empresa(s) vencedora(s) do presente procedimento licitacional esteja enquadrada nos ditames do Decreto Estadual nº 1.261/03 e Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, a Nota Fiscal a ser emitida por ela deverá discriminar expressamente o valor do desconto referente ao imposto dispensado, bem como indicação expressa do valor líquido a ser pago pelo Tribunal de Justiça, isto é, sem a incidência do valor relativo ao ICMS da transação comercial realizada.

18. DAS OBRIGAÇÕES

18.1 Caberá ao Contratante:

- a) assegurar o livre acesso, aos técnicos devidamente credenciados pela **CONTRATADA**, às dependências das instalações do equipamento objeto deste contrato, dentro do horário normal de expediente forense.
- b) efetuar o pagamento do valor contratado de acordo com as condições estipuladas neste instrumento.
- c) Designar pessoas delegadas às quais serão confiadas as chaves das casas de máquinas, que serão facilitadas a todos os agentes da **CONTRATADA** que visitem as instalações.
- d) Manter a casa de máquinas permanentemente fechada à chave, sendo o acesso interditado a terceiros; onde não será permitido o armazenamento de materiais estranhos ao sistema.

18.2. As empresas deverão observar as obrigações constantes do **Caderno de Encargos documento nº 8832500 - DEA-DE**.

18.3 Para a execução dos serviços objeto deste contrato caberá à CONTRATADA:

a) Apresentar, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato:

- a.1) Garantia de execução prevista na Cláusula Oitava da minuta do contrato que acompanha o Edital;
- a.2) Demonstração do vínculo empregatício ou contratual com todos os profissionais nomeados na licitação e neste Contrato como responsáveis técnicos, mediante cópia da CTPS, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços, devendo comprovar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, a manutenção dos profissionais ou empregados indicados pela execução do serviço (quando exigido).
- a.2.1) Se houver alteração de responsabilidade técnica da Contratada, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo Contratante, sob pena de rescisão contratual;
- a.3) ART's ou RRT's dos profissionais nomeados como responsáveis técnicos, devidamente quitadas. Caso a **CONTRATADA**, bem como o(s) profissional(is) nomeado(s), seja(m) sediada e/ou domiciliados em outra jurisdição, e, conseqüentemente inscrita no CREA de origem, deverá apresentar o visto da

empresa, junto ao CREA do Estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194/1966, em consonância com o art. 1º da Resolução nº 413/1997 do CONFEA;

a.3.1) A exigência de ART ou RRT de fiscalização poderá ser dispensada a critério do Departamento de Engenharia e Arquitetura, com base no valor e porte da contratação.

b) Apresentar até 30 dias da assinatura do contrato um memorial descritivo completo dos geradores em conjunto com um Plano de Manutenção Periódica Preventiva e Corretiva, contendo o roteiro de trabalho de acordo com os serviços apresentados no Caderno de Encargos do Anexo VII, assim como as especificações técnicas completas, o estado atual dos equipamentos, implantando-o após aprovado pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura.

c) Manter, durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e a regularidade com todas as condições previstas no art. 35, incisos XII e XIII, da Lei Estadual nº 15.608/07;

d) Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;

e) É de responsabilidade da CONTRATADA a completa execução dos serviços, de acordo com o caderno de encargos anexo do edital, pelo preço constante de sua proposta, sem revisão de quantidades, nos locais indicados no anexo do edital.

f) Se houver alteração de responsabilidade técnica da CONTRATADA, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo Contratante, sob pena de rescisão contratual;

g) Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, resultante da negligência ou conduta inadequada de seus empregados durante a execução do contrato, bem como, quando da utilização de materiais e equipamentos, independentemente de culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante, de acordo com art. 120, II, da Lei Estadual nº 15.608/ 07;

h) Atender a todas as despesas necessárias com os seus empregados encarregados da execução dos serviços contratados, incluindo locomoção, alimentação e hospedagem, bem como encargos técnicos e de seguro de acidente de trabalho, além de todas as obrigações sociais, patronais, patrimoniais, tributárias, trabalhistas e perante o CREA/PR, além de encargos securitários, previdenciários ou de qualquer outra natureza, passados, presentes e futuros relativos aos empregados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 121, da Lei Estadual nº 15.608/07;

i) O cumprimento de quaisquer formalidades referentes ao pagamento de multas eventualmente impostas pelo Tribunal de Justiça.

j) Ressarcir eventuais prejuízos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, na execução dos serviços;

k) Cumprir rigorosamente os prazos e especificações estabelecidos no Edital e seus Anexos;

l) Prestar serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva por técnicos especializados, devidamente treinados, uniformizados e identificados, habilitados a manter os equipamentos devidamente ajustados e em perfeitas condições de funcionamento e de segurança;

m) Os empregados da CONTRATADA deverão trajar uniforme com logotipo da empresa e crachá de identificação, enquanto permanecerem nas dependências do prédio do Fórum.

n) Garantir os serviços durante todo o período de vigência do contrato, e pelo prazo não inferior a 03 (três) meses, computados da data da realização dos mesmos, independentemente do término da vigência do contrato;

o) Dispor de número de telefone devidamente identificado no chassi do gerador, através do qual poderão ser comunicadas pelo contratante as avarias ou anomalias de funcionamento.

p) A CONTRATADA deve manter um Livro de Ordem de Serviços, conforme Resolução 1024/2009 do Confea, onde devem constar todas as visitas bem como todas as reparações ou substituições de peças/materiais efetuadas para assegurar o regular funcionamento dos geradores, assim como, apresentar e entregar as peças substituídas através do sistema de troca à Direção do Fórum ou ao Departamento de Engenharia e Arquitetura para futura fiscalização dos serviços.

q) Elaborar e encaminhar mensalmente ao Departamento de Engenharia e Arquitetura relatório de manutenção, por gerador, de acordo com o cronograma de manutenções, constando todos os eventos de manutenção realizados, especificação e quantidade de peças substituídas, análise das medições efetuadas e do funcionamento dos equipamentos e parecer do Responsável Técnico da CONTRATADA;

- r) Elaborar e entregar anualmente o Relatório de Inspeção Anual – “RIA” de cada gerador, de acordo com a legislação vigente;
- s) Colocar à disposição do Contratante, nas manutenções preventivas, Equipe Técnica com qualificação e experiência profissional na atividade de manutenção de geradores, com pessoal habilitado, que deverá dispor de instrumentos de medição, ferramental e materiais necessários à perfeita realização do serviço;
- t) Fazer com que seus empregados e prepostos se submetam, durante o período de permanência nas dependências do Contratante, aos regulamentos de segurança e disciplina por este baixados.
- u) Prestar os serviços de manutenção observando e obedecendo às disposições legais pertinentes à segurança e medicina do trabalho, bem como toda a legislação correlata em vigor ou que vir a ser criada;
- v) Fornecer, às suas expensas, todo o equipamento e material de segurança coletiva (EPC) e individual (EPI), necessários à execução dos serviços de manutenção, devendo a empresa fiscalizar seu uso adequado por parte dos seus empregados e o correto cumprimento das normas e medidas de segurança;
- x) Substituir, por solicitação do Contratante, o empregado que se mostrar inconveniente ou tecnicamente inadequado para a execução dos serviços;
- z) Manter plantão ininterrupto de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive finais de semana e feriados, tendo em vista as comunicações sobre avarias e anomalias por parte do Tribunal de Justiça.
- aa) Atender as solicitações, a partir da abertura do chamado técnico por parte do Tribunal de Justiça do Paraná, em até 04 (quatro) horas a contar da abertura do chamado técnico, de forma permanente, incluindo-se feriados e finais de semana, mediante a visita de um técnico credenciado e habilitado para a realização do serviço, sendo que o prazo para solução do problema será de 8 (oito) horas, após o início do atendimento se não houver necessidade de troca de peça. Se houver a necessidade de troca de peças, esse prazo poderá ser estendido em até 36 (trinta e seis) horas após o início do atendimento, mediante apresentação de justificativa e comprovação de trâmites de aquisição de peça.
- ab) Caso o vencimento do prazo acima estipulado se der em horário que acarrete impossibilidade de acesso ao equipamento, em face de qualquer motivo de força maior, relacionado ao Tribunal de Justiça, ficará autorizada a prorrogação do prazo de atendimento para o primeiro expediente em que haja possibilidade de acesso, ou no final de semana subsequente, mediante autorização expressa.
- ac) Nos casos de emergência, o prazo máximo de atendimento, inclusive nos finais de semana e feriados, passa a ser de no máximo 02 (duas) horas, sendo obrigatório o atendimento da CONTRATADA em quaisquer dias e horários, observando-se os prazos e condições para solução estabelecidos no item 18.3, letra “aa”;
- ad) Após o atendimento da chamada, a CONTRATADA deverá informar à fiscalização a regularização no funcionamento do equipamento e, caso não seja possível a solução imediata do problema, deverá informar ao servidor responsável pelo acompanhamento dos serviços o prazo estimado para sua solução definitiva, registrando tudo no Livro de Ordem de Serviços;
- ae) Comparecer, sempre que convocada, às reuniões solicitadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assumindo todo o ônus do não comparecimento às reuniões;
- af) Sujeitar às correções solicitadas e devidamente justificadas pelos técnicos responsáveis pela fiscalização dos serviços executando-as dentro do que dispõe o presente contrato.
- ag) Realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com as condições estabelecidas no Edital, a responder pelo cumprimento da proposta apresentada, Normas Técnicas da ABNT e recomendações do Fabricante;
- ah) Executar os serviços de manutenção preventiva de segunda a sexta-feira das 12:00 às 19:00 horas, mediante a visita de um técnico credenciado e habilitado. Havendo necessidade de manutenção (preventiva ou corretiva) fora do horário comercial, ficará a mesma condicionada à prévia autorização expressa do Juiz Diretor do Fórum ou servidor designado.
- ai) Os serviços de manutenção corretiva, para evitar as penalidades por excesso de prazo na sua conclusão, poderão ser realizados após, ou antes, do horário normal acima estabelecido, em quaisquer dias da semana, inclusive feriados, devendo a CONTRATADA, para tanto, enviar ao Juiz Diretor do Fórum ou servidor designado, se possível com antecedência de 01 (um) dia antes de iniciar a execução do serviço, documentação contendo as seguintes informações:

· Nome da CONTRATADA;

- Relação do Pessoal, com respectiva identificação civil e/ou profissional;
 - Identificação de portas a serem abertas e/ou dependências de acesso a serem utilizadas (escadas, circulações etc.), se for o caso;
 - Nome do responsável técnico.
- aj) Executar rigorosamente as rotinas de manutenção preventiva recomendadas pelo fabricante, procedendo às inspeções, limpeza, ajustes e lubrificações necessárias, com base nas características técnicas e uso do equipamento, não sendo permitidas variações, modificações ou adaptações de qualquer natureza, salvo se devidamente aprovadas pelo Contratante;
- ak) Durante as visitas para a execução dos serviços, deixar avisos, próximos aos geradores, de que a mesma se encontra em manutenção;
- am) Executar todo serviço com o máximo possível de cuidado, para durante a execução não se causar danos de qualquer espécie no local, tais como: sujeira na pintura, quebra de vidros, de móveis, etc. Ocorrendo qualquer dano, o mesmo deverá ser imediatamente reparado pela parte causadora;
- an) Após o término dos serviços, efetuar a limpeza do local, sem deixar qualquer detrito do material utilizado ou ocorrido com a execução dos trabalhos;
- ao) Deixar os geradores em perfeitas condições de funcionamento e segurança, quando do encerramento do prazo contratual;
- ap) Em caso de dúvidas quanto à interpretação dos serviços, a serem realizados ou peças a serem trocadas, sempre consultar a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo;
- aq) O rol de serviços de manutenção citados no caderno de encargos não é exaustivo, cabendo à CONTRATADA a execução de outras recomendadas além das já descritas pela boa técnica, a atender à satisfatória manutenção preventiva e corretiva, conforme necessidade de cada caso.
- ar) A CONTRATADA fornecerá todas as ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários à perfeita execução do serviço, assumindo inteira responsabilidade pelo seu uso, guarda e conservação, indenizando todo e qualquer dano e prejuízo pessoal e/ou material que possam advir direta ou indiretamente ao Contratante.
- as) Instruir as pessoas delegadas pelo Contratante e, responsáveis pelo sistema de geradores para efetuarem as manobras manuais, em caso de avaria de algum sistema de automação.
- at) Orientar o Contratante acerca da melhor utilização dos equipamentos, podendo, para isto, verificar, periodicamente, as condições de uso e manuseio deles;
- au) Manter todos os equipamentos e instalações em condições normais de funcionamento, com as velocidades nominais de operação, de modo a garantir sua continuidade operacional, com eficiência, economia e segurança;
- av) Substituir, dentro das especificações originais do fabricante, e sem adaptações, peças dos equipamentos, componentes, óleos lubrificantes e materiais necessários além de todas as demais peças, componentes e acessórios do gerador, a serem fornecidos pelo Contratante, sejam elétricos, eletrônicos, hidráulicos, mecânicos, manuais, etc.;
- aw) A reparação e substituição de peças deverá ser precedida de orçamento acompanhado de parecer técnico da CONTRATADA, aprovação pela fiscalização, emissão de nota de empenho e autorização escrita para sua execução;
- ax) Efetuar testes de segurança, conforme legislação em vigor e normas da CONTRATADA.
- ay) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, os serviços e/ou peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- az) Refazer às suas custas, em prazo a ser acordado com o Contratante, todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades, constatadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, inclusive com reposição de peças danificadas durante a manutenção;
- ba) Nos equipamentos em período de garantia devem ser realizados apenas os serviços de manutenção preventiva especificados no manual do fabricante. Quando apontado falha no equipamento a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a fiscalização para acionar a empresa instaladora do equipamento a fim de assegurar a garantia fornecida pelo fabricante.

19. DA GARANTIA

19.1. A CONTRATADA fica obrigada a comparecer, dentro do prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a fim de efetuar junto ao CONTRATANTE, depósito de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, a título de caução de execução, respeitados os acréscimos e supressões do objeto, nos termos da respectiva cláusula da minuta contratual.

20. DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

20.1. A fiscalização da efetiva execução do objeto do presente contrato ficará a cargo de servidor designado como fiscal pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura, rejeitando-se aqueles que não apresentarem acabamento satisfatório ou contrariarem as especificações do equipamento.

20.2. A supervisão e orientação da efetiva execução do objeto do presente certame estarão a cargo do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça, ou servidor designado.

20.3. O CONTRATANTE fiscalizará permanentemente a qualidade do serviço e peças fornecidos e qualquer irregularidade verificada será imediatamente comunicada à CONTRATADA. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE e nos prazos estabelecidos.

20.4. A fiscalização, exercida no interesse do CONTRATANTE, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer dano que venha causar ao CONTRATANTE ou a terceiros.

20.5. O aceite não exclui a responsabilidade civil da empresa CONTRATADA por vícios qualitativos, quantitativos ou técnicos dos serviços de manutenção preventiva e corretiva (aparentes ou ocultos) ou por desacordo com as especificações estabelecidas na proposta comercial apresentada, verificadas posteriormente, devendo a CONTRATADA ser responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

20.6. Para os serviços realizados e não aceitos após verificação e teste, a CONTRATADA se obriga a refazê-los dentro de 03 (três) dias úteis subsequentes à conferência, confirmada por telefone, fac-símile ou por escrito, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato.

21. DO REAJUSTE

21.1. O preço inicialmente contratado poderá ser reajustado mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, bem como, a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data da apresentação da proposta, a ser concedido a partir do requerimento da CONTRATADA, tendo como limite máximo a variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo.

22. DAS PENALIDADES

22.1. O descumprimento das disposições contratuais sujeita a CONTRATADA às sanções administrativas dispostas nos artigos 150 a 160 da Lei Estadual nº 15.608/07 e, subsidiariamente, nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02.

§ Primeiro: Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

§ Segundo: Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

§ Terceiro: A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer contrato firmado com o Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

§ Quarto: Os casos de ressarcimento dos prejuízos pela contratada, com a mitigação dos danos resultantes da infração, poderão ensejar a redução da(s) penalidade(s) pelo descumprimento contratual em metade até a instauração do processo administrativo de apuração da irregularidade e de até $\frac{1}{4}$ após a instauração até a decisão final.

§ Quinto: A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (*dies interpellat pro homine*), salvo previsão expressa.

§ Sexto: O cumprimento parcial da parcela em atraso reduzirá proporcionalmente a base de cálculo da penalidade de multa.

§ Sétimo: A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as penas de multa.

§ Oitavo: As sanções de multa moratória não serão cumuladas com a pena de multa prevista para o caso de rescisão contratual, quando a rescisão decorrer da própria mora.

§ Nono: As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

§ Décimo: Poderá configurar a inexecução total da obrigação e a aplicação da penalidade prevista no item 6 da tabela abaixo, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada derivada de perdas e danos causados a este Tribunal de Justiça (decorrente das infrações cometidas), quando:

- a) A execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total;
- b) Houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas;
- c) O atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos e não houver o interesse da Administração do Tribunal de Justiça em manter a contratação.
- d) O descumprimento parcial prejudicar a solução como um todo;

§ Décimo Primeiro: A rescisão do contrato dependerá de análise de oportunidade e conveniência do Tribunal de Justiça.

§ Décimo Segundo: Sem prejuízo das demais penalidades, as de multa serão aplicadas conforme detalhamento constante da tabela abaixo:

	CONDUTA	PENALIDADE
01	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica;	Primeira vez: Advertência Segunda vez e seguintes: Multa de 0,1% a 1% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
02	O não cumprimento de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica; ou O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;	Multa de 0,1% a 2% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
03	O atraso injustificado na prestação do serviço e/ou a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração, quando não haja previsão de conduta específica;	Multa de 0,1% a 3% do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 10% do valor global (conforme contratação) do contrato, de modo que o atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato, incidindo, nesse caso, unicamente a multa do item 7 desta Tabela.
04	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa; ou Agir de má-fé na relação contratual; ou	Multa de 0,5% a 10% do valor do contrato.

	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato;	
05	<p>Abandonar a execução do contrato ou incorrer em inexecução total contratual quando não haja previsão de conduta específica;</p> <p>ou</p> <p>Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;</p> <p>ou</p> <p>Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidas na Lei Federal nº 8.158/1991;</p> <p>ou</p> <p>Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei;</p> <p>ou</p> <p>A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;</p> <p>ou</p> <p>A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;</p>	Multa de 1% a 10% do valor global do contrato.
06	Descumprimento ou inexecução total do contrato/obrigações que gere a rescisão contratual.	Multa de 5% a 20% sobre o valor global do contrato, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada, derivada de perdas e danos causados ao Tribunal de Justiça decorrente das infrações cometidas;

§ Décimo Terceiro: Caso a Contratada incorra em uma das condutas elencadas na presente Cláusula, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

§ Décimo Quarto: *As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.*

§ Décimo Quinto: Após a regular tramitação do procedimento descrito no caput e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

§ Décimo Sexto: Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

§ Décimo Sétimo: Qualquer multa ou encargo imputado à contratada, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

§ Décimo Oitavo: As disposições da Cláusula de Penalidades não excluem a responsabilização da contratada por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

23. DA VISITA TÉCNICA

23.1. Recomenda-se à(s) licitante(s) interessada(s) a vistoria no imóvel onde serão realizados os serviços para melhor formulação de suas propostas de acordo com as necessidades locais, com vistas à efetiva prestação dos serviços).

23.2. A visita poderá ser realizada até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do certame, mediante hora marcada. As solicitações de agendamento para realização da visita técnica devem ser encaminhadas ao e-mail visitatecnica@tjpr.jus.br, observando-se o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para envio de confirmação pelo Tribunal de Justiça.

23.3. A empresa vencedora, não poderá eximir-se da responsabilidade assumida com a apresentação da proposta, nem do fiel cumprimento do contrato, alegando desconhecimento do imóvel em questão, ou das condições e peculiaridades do mesmo.

24. DOS DOCUMENTOS ANEXOS AO PROJETO BÁSICO

24.1. Conforme o Parecer DEA-DE nº [7700089](#), são anexos ao Projeto Básico ([8832500](#)):

- 1) Carta Cotação Enviada ([7700220](#));
- 2) Planilha - Análise de Valores conforme a Normativa N°09/2019 ([7701579](#));
- 3) Planilha Orçamentária - Atualizada ([7701599](#));

ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES DOS LOTES E ITENS**LOTE Nº 01****PARTICIPAÇÃO GERAL**

SERVIÇO 1 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE					
Nº DO ITEM	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO MÁXIMO	
				UNITÁRIO R\$	TOTAL DO ITEM R\$
01	01	SERVIÇO	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DOS DOIS GERADORES DE ENERGIA DO PRÉDIO ANEXO AO PALÁCIO DA JUSTIÇA, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)	250.000,00	250.000,00
SERVIÇO 2 – MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CO FORNECIMENTO DE INSUMOS, MATERIAIS, PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS					
Nº DO ITEM	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO MÁXIMO	
				UNITÁRIO R\$	TOTAL ANUAL DO ITEM R\$
02	06	MANUTENÇÃO	CURITIBA - PALÁCIO DA JUSTIÇA - 2x450kVA	2.450,00	14.700,00
03	06	MANUTENÇÃO	CURITIBA - PALÁCIO - ANEXO - 2x450kVA	3.000,00	18.000,00
04	06	MANUTENÇÃO	CURITIBA - CENTRO JUDICIÁRIO - 3x1875kVA	8.900,00	53.400,00
05	06	MANUTENÇÃO	CURITIBA - CENTRO JUDICIÁRIO - 1x Conjunto Motobomba	1.800,00	10.800,00
06	06	MANUTENÇÃO	CURITIBA - MAUÁ - 1x450kVA	1.450,00	8.700,00
07	06	MANUTENÇÃO	CURITIBA - FAMÍLIA - 1x22kVA	800,00	4.800,00
08	06	MANUTENÇÃO	CURITIBA - CÍVEL II - 2x13,2kVA	1.013,95	6.083,70
09	06	MANUTENÇÃO	FOZ DO IGUAÇU - FÓRUM - 1x150kVA	2.000,00	12.000,00

10	06	MANUTENÇÃO	GUARAPUAVA - FÓRUM - 1x750kVA	2.000,00	12.000,00
11	06	MANUTENÇÃO	LONDRINA - FÓRUM CÍVEL - 1x500kVA	2.450,00	14.700,00
12	06	MANUTENÇÃO	LONDRINA - FÓRUM CÍVEL - 1x500kVA	2.450,00	14.700,00
PREÇO MÁXIMO GLOBAL ANUAL DO LOTE nº 01 (considerar-se-á como global anual o somatório dos preços totais anuais de cada item que compõe este Lote)					
R\$ 419.883,70					

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL - ITENS 7.2, "A" E 11.1

PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023

CONTRATANTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 77.821.841/0001-94

DADOS DA LICITANTE

Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
CEP	
E-mail *	
Telefone	
CNPJ para faturamento (matriz ou filial)	

** O e-mail informado deverá ser o mesmo do cadastramento no SEI!*

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL/PROCURADOR

Nome *	
RG	
CPF	

** Na hipótese de procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.*

DADOS PARA PAGAMENTO *

Inscrição Estadual	
Inscrição Municipal	
CÓDIGO CNAE ** Atividade principal	
CÓDIGO CNAE Atividade do fornecimento	
Regime Tributário	() SIMPLES () LUCRO REAL () LUCRO PRESUMIDO
Optante pelo SIMEI ***	() SIM () NÃO

** A falta de preenchimento ou o preenchimento incorreto dos dados para pagamento não ocasionará a desclassificação da licitante, todavia podem inviabilizar o pagamento até as devidas correções.*

*** CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Disponível no cartão de CNPJ;*

**** SIMEI - Sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI);*

SOMENTE PARA ME OU EPP REGULAMENTADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no seguinte Anexo da Lei Complementar nº 123/2006*	ANEXO _____
--	-------------

** Algumas destas informações estão disponíveis no site <http://www.sintegra.gov.br/>*

CÓDIGO DE SERVIÇO – LC 116/03 – Descrição (**)	Código municipal (*) (**)

(*) Informar o código equivalente no município, caso seja diferente ao da Lei Complementar 116/03;
(**) A falta de preenchimento ou o preenchimento incorreto do código não ocasionará a desclassificação da licitante, todavia pode inviabilizar o pagamento até as devidas correções.

CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO – PREÇO

O desconto proposto sobre o valor GLOBAL ANUAL do contrato é de **XX,XX% (_____ por cento)**, a ser aplicado sobre a planilha de serviços em Anexo a este Edital quando de cada contratação eventualmente efetivada.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que são verdadeiras todas as informações aqui prestadas ao contratante, pelo que me responsabilizo civil e criminalmente, bem como que a apresentação desta declaração não dispensa a minha obrigação como fornecedor/subcontratado de apresentar outras declarações eventualmente exigidas pela legislação.

OBSERVAÇÕES

- Em caso de divergência do percentual apresentado em algarismo e por extenso, prevalecerá este último;
- O prazo de validade da presente proposta será de 180 dias a partir da data da sessão do pregão eletrônico.

CURITIBA, ____ de _____ de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO - ITEM 7.2****D E C L A R A Ç Ã O**

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os fins do presente Pregão Eletrônico nº 13/2023, sob as penas da Lei e do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame quanto a participar ou não da licitação;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do certame antes da adjudicação do objeto da licitação;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná antes da abertura oficial das propostas;

f) não irá contratar para prestação do serviço, objeto deste certame, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 09/05 do Conselho Nacional de Justiça;

g) não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 229/16 do Conselho Nacional de Justiça;

h) está plenamente ciente de que a existência de registro no CADIN/PR impede a contratação com este Tribunal de Justiça, nos termos do disposto na Lei Estadual nº. 18.466/2015;

i) está plenamente ciente que seu credenciamento como usuário externo perante este Tribunal no sistema SEI-TJPR poderá ser utilizado como meio válido para quaisquer comunicações, intimações e assinaturas decorrentes desta licitação, dos procedimentos administrativos e da contratação;

j) está plenamente ciente de que é de sua exclusiva responsabilidade como cadastrado e usuário externo do sistema SEI-TJPR o sigilo da senha de acesso, não sendo admitida, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido e que deverá comunicar imediatamente este Tribunal sobre a perda da senha ou a quebra de sigilo, para imediato bloqueio de acesso; e

k) está plenamente ciente que seu credenciamento como usuário externo perante este Tribunal no sistema SEI-TJPR implicará em responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade e poderes conferidos para realização das transações inerentes aos documentos assinados;

l) em cumprimento ao disposto no inc. I do art. 7º da Lei nº 13.709/2018, por meio de seu representante legal, **DECLARA para os fins do presente Pregão Eletrônico, que consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais (nome, RG e CPF) para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e em atendimento a Lei nº 12.527/2011 e ao princípio constitucional da publicidade;**

Em _____ de _____ de _____.

Nome e C.P.F. do
representante Legal

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____,
DECLARA para os fins do presente Pregão Eletrônico nº 13/2023, sob as penas da Lei e do art. 299 do Código Penal Brasileiro que é _____
[MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL] nos termos da legislação vigente e **NÃO POSSUI** nenhum dos impedimentos previstos na Lei Complementar n. 123/2006, artigo 3º § 4º.

DECLARA, por fim, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação da empresa no certame e tem ciência da OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR ocorrências posteriores, inclusive fatos impeditivos e eventual incorrência nas condições de desenquadramento como _____ [microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual].

Cidade, ____ de _____ de 20 ____.

Nome e C.P.F. do
representante Legal

ANEXO VI
Modelo de Termo de Nomeação (item 13.5, letra “a”)

TERMO DE NOMEAÇÃO
AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023

Atendendo a determinação do item 13.5, letra “a”, do Capítulo 13 – Da Habilitação, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, declara para os devidos fins que os profissionais abaixo relacionados serão os responsáveis pela execução de **MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DOS DOIS GERADORES DE ENERGIA DO PRÉDIO ANEXO AO PALÁCIO DA JUSTIÇA E A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS GERADORES DE EMERGÊNCIA DOS PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE INSUMOS, MATERIAIS, PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS.**

HABILITAÇÃO	NOME	ÁREA	CREA/CAU	VÍNCULO	ASSINATURA
Engenheiro Eletricista					

Declara, ainda, que se houver modificação do quadro, o Tribunal de Justiça será imediatamente comunicado, sendo que o substituto deverá apresentar o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo CONTRATANTE.

Os profissionais acima nominados firmam a presente declaração, comprometendo-se a participar permanentemente, pela empresa, dos serviços objeto da licitação, cientes e de acordo com as cláusulas expressas na minuta do contrato, ao qual sujeitam-se em conformidade com as condições estabelecidas no presente Edital.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Diretor ou Representante

ANEXO VII**Modelo da Declaração de cumprimento ao disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (item 13.8)****Declaração de cumprimento ao disposto
no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, **DECLARA** para os fins do presente Pregão Eletrônico nº 13/2023, não utilizar mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação Constitucional.

Cidade, ____ de _____ de 20 ____.

Nome e C.P.F. do
representante Legal

**ANEXO VIII
MINUTA CONTRATUAL**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Rua Álvaro Ramos, 150 - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-190 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

MINUTA Nº 8897604 - DEA-CJ

SEI!TJPR Nº 0061620-68.2022.8.16.6000
SEI!DOC Nº 8897604

CONTRATO Nº ____/____

CONTRATO DE EMPREITADA PELO REGIME DE PREÇO UNITÁRIO QUE ENTRE SI FAZEM O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** E A EMPRESA _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DOS DOIS GERADORES DE ENERGIA DO PRÉDIO ANEXO AO PALÁCIO DA JUSTIÇA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS GERADORES DE EMERGÊNCIA DOS PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE INSUMOS, MATERIAIS, PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

Na data da última assinatura eletrônica constante neste documento, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, Palácio da Justiça, sede do **PODER JUDICIÁRIO**, Centro Cívico, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 77.821.841/0001-94, representado neste ato por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Desembargador _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, estabelecida na cidade de _____, na rua _____, nº _____, inscrita no CNPJ nº _____ legalmente representada por _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, devidamente qualificado(a) nas fls. ____ do DOC-SEI nº _____, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas e condições adiante discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA prestará serviços técnicos e especializados de modernização do sistema de controle dos dois geradores de energia do prédio anexo ao Palácio da Justiça e manutenção preventiva e corretiva nos geradores de emergência dos prédios do Tribunal de Justiça do estado do Paraná, com fornecimento integral de insumos, materiais, peças, componentes e acessórios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital de Pregão Eletrônico nº XXX/2023 e seus anexos, e demais documentação constante do expediente protocolado na SEI nº XXXXXXXXXXXX que passam a integrar o presente contrato.

DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

CLÁUSULA SEGUNDA: São designados como responsáveis técnicos para execução dos serviços objeto do presente contrato os profissionais relacionados Termo de Nomeação constante no DOC-SEI _____, fl. _____ e os profissionais que eventualmente venham a substituí-los no decorrer do contrato, cuja substituição tenha sido devidamente autorizada pelo Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

Parágrafo Primeiro: Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de capacidade técnica conforme exigidos no edital, a serem submetidos a análise e aprovação do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A substituição do responsável técnico nomeado deverá ser formalizada com a apresentação de Termo de Nomeação pela Contratada constando os dados do novo profissional.

DO PREÇO

CLÁUSULA TERCEIRA: O valor anual do presente contrato é de R\$ _____ (_____), sendo R\$ _____ relativo à modernização do sistema de controle dos dois geradores de energia do prédio anexo ao Palácio da Justiça e R\$ _____ relativo à manutenção, de acordo com a proposta apresentada pela empresa em licitação pública convocada pela modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2023 às fls. _____.

Parágrafo Primeiro: Os valores mensais para a execução dos serviços em cada Comarca serão extraídos do percentual de desconto ofertado em relação ao valor máximo da licitação (Pregão Eletrônico nº XX/2023) e aplicados sobre os valores máximos previstos na planilha quantitativa orçamentária anexa ao Edital.

Parágrafo Segundo: Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, sendo abatidos das faturas aqueles não realizados e requeridos.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA: O presente contrato terá início a partir da data estabelecida na Ordem de Execução dos Serviços, com vigência de **12 (doze) meses** para os serviços de **manutenção preventiva e corretiva**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses no interesse da Administração Pública, e de **90 (noventa) dias** para a **modernização** do sistema de controle dos 2 (dois) geradores de energia do prédio anexo ao Palácio da Justiça.

DA EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUINTA: Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a **CONTRATADA** fornecerá o equipamento, o material e a mão-de-obra necessários, realizando os serviços rigorosamente de acordo com os elementos técnicos indicados no Edital de Pregão Eletrônico Nº XX/2023.

Parágrafo Primeiro: Como condição da expedição da Ordem de Execução de Serviço, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do presente termo, os documentos previstos na Cláusula correspondente às obrigações do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** não fica exonerada da obrigação constante no parágrafo anterior, na hipótese de o **CONTRATANTE** não a notificar para a apresentação dos documentos em questão.

Parágrafo Terceiro: No decorrer da execução dos serviços, a **CONTRATADA** submeter-se-á à fiscalização periódica do **CONTRATANTE**, a qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a normalização dos mesmos, assistindo inclusive ao **CONTRATANTE** o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações constantes do protocolizado referido na cláusula primeira.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços e materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Parágrafo Quinto: A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Sexto: A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, sendo que a sua eventual inadimplência não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e/ou o uso e destinação dos serviços, exceto no que diz respeito aos encargos previdenciários, pelos quais o **CONTRATANTE** responde solidariamente com a **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo: As dúvidas técnicas que acaso surgirem no decorrer dos serviços, serão dirimidas, em conjunto, pelos responsáveis técnicos de ambas as partes e homologadas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o **CONTRATANTE** responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da **CONTRATADA**, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da **CONTRATADA**.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA SEXTA: Caberá ao **CONTRATANTE**:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Contrato;
- b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **CONTRATADA E PERTINENTES AO OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**;
- c) Assegurar o livre acesso, aos técnicos devidamente credenciados pela **CONTRATADA**, às dependências das instalações do equipamento objeto deste contrato, dentro do horário normal de expediente forense.
- d) Efetuar o pagamento do valor contratado de acordo com as condições estipuladas neste instrumento.
- e) Designar pessoas delegadas às quais serão confiadas as chaves das casas de máquinas, que serão facilitadas a todos os agentes da **CONTRATADA** que visitem as instalações.
- f) Manter a casa de máquinas permanentemente fechada à chave, sendo o acesso interditado a terceiros; onde não será permitido o armazenamento de materiais estranhos ao sistema.
- g) Apresentar, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, as ART's do(s) profissional(is) responsável(is) pela fiscalização da obra/serviço, a serem nomeados pelo Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura, devidamente quitadas.
- g.1) A exigência de ART ou RRT de fiscalização poderá ser dispensada a critério do Departamento de Engenharia e Arquitetura, com base no valor e porte da contratação;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA: Para a execução dos serviços objeto deste contrato caberá à **CONTRATADA**:

- a) Apresentar, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, como condição para a expedição da ordem de execução dos serviços, os seguintes documentos:
 - a.1) Garantia de execução prevista na Cláusula Nona deste contrato;
 - a.2) Demonstração do vínculo empregatício ou contratual com todos os profissionais nomeados na licitação e neste Contrato como responsáveis técnicos, mediante cópia da CTPS, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços, devendo comprovar, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, a manutenção dos profissionais ou empregados indicados pela execução do serviço;
 - a.2.1) Se houver alteração de responsabilidade técnica da Contratada, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo Contratante, sob pena de rescisão contratual;
 - a.3) ART's ou RRT's dos profissionais nomeados como responsáveis técnicos, devidamente quitadas. Caso a **CONTRATADA**, bem como o(s) profissional(is) nomeado(s), seja(m) sediada e/ou domiciliados em outra jurisdição, e, consequentemente inscrita no CREA de origem, deverá apresentar o visto da empresa, junto ao CREA do Estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194/1966, em consonância com o art. 1º da Resolução nº 413/1997 do CONFEA;
- b) Apresentar até 30 dias da assinatura do contrato um memorial descritivo completo dos geradores em conjunto com um Plano de Manutenção Periódica Preventiva e Corretiva, contendo o roteiro de trabalho de acordo com os serviços apresentados no Caderno de Encargos, assim como as especificações técnicas completas, o estado atual dos equipamentos, implantando-o após aprovado pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura;
- c) Manter, durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e a regularidade com todas as condições previstas no art. 35, incisos XII e XIII, da Lei Estadual nº 15.608/07;
- d) Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;
- e) É de responsabilidade da **CONTRATADA** a completa execução dos serviços, de acordo com o caderno de encargos, pelo preço constante de sua proposta, sem revisão de quantidades, nos locais indicados no anexo do edital;

- f) Se houver alteração de responsabilidade técnica da **CONTRATADA**, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo Contratante, sob pena de rescisão contratual;
- g) Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, resultante da negligência ou conduta inadequada de seus empregados durante a execução do contrato, bem como, quando da utilização de materiais e equipamentos, independentemente de culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante, de acordo com art. 120, II, da Lei Estadual nº 15.608/07;
- h) Atender a todas as despesas necessárias com os seus empregados encarregados da execução dos serviços contratados, incluindo locomoção, alimentação e hospedagem, bem como encargos técnicos e de seguro de acidente de trabalho, além de todas as obrigações sociais, patronais, patrimoniais, tributárias, trabalhistas e perante o CREA/PR, além de encargos securitários, previdenciários ou de qualquer outra natureza, passados, presentes e futuros relativos aos empregados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 121, da Lei Estadual nº 15.608/07;
- i) O cumprimento de quaisquer formalidades referentes ao pagamento de multas eventualmente impostas pelo Tribunal de Justiça;
- j) Ressarcir eventuais prejuízos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, na execução dos serviços;
- k) Cumprir rigorosamente os prazos e especificações estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- l) Prestar serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva por técnicos especializados, devidamente treinados, uniformizados e identificados, habilitados a manter os equipamentos devidamente ajustados e em perfeitas condições de funcionamento e de segurança;
- m) Os empregados da **CONTRATADA** deverão trajar uniforme com logotipo da empresa e crachá de identificação, enquanto permanecerem nas dependências do prédio do Fórum;
- n) Garantir os serviços durante todo o período de vigência do contrato, e pelo prazo não inferior a 03 (três) meses, computados da data da realização dos mesmos, independentemente do término da vigência do contrato;
- o) Dispor de número de telefone devidamente identificado no chassi do gerador, através do qual poderão ser comunicadas pelo **CONTRATANTE** as avarias ou anomalias de funcionamento;
- p) A **CONTRATADA** deve manter um Livro de Ordem de Serviços, conforme Resolução 1024/2009 do Confea, onde devem constar todas as visitas bem como todas as reparações ou substituições de peças/materiais efetuadas para assegurar o regular funcionamento dos geradores, assim como, apresentar e entregar as peças substituídas através do sistema de troca à Direção do Fórum ou ao Departamento de Engenharia e Arquitetura para futura fiscalização dos serviços.
- q) Elaborar e encaminhar mensalmente ao Departamento de Engenharia e Arquitetura relatório de manutenção, por gerador, de acordo com cronograma de manutenções, constando todos os eventos de manutenção realizados, especificação e quantidade de peças substituídas, análise de medições efetuadas e do funcionamento dos equipamentos e parecer do Responsável Técnico da **CONTRATADA**;
- r) Elaborar e entregar anualmente o Relatório de Inspeção Anual – “RIA” de cada gerador, de acordo com a legislação vigente;
- r) Colocar à disposição do Contratante, nas manutenções preventivas, Equipe Técnica com qualificação e experiência profissional na atividade de manutenção de geradores, com pessoal habilitado, que deverá dispor de instrumentos de medição, ferramental e materiais necessários à perfeita realização do serviço;
- s) Fazer com que seus empregados e prepostos se submetam, durante o período de permanência nas dependências do Contratante, aos regulamentos de segurança e disciplina por este baixados.
- t) Prestar os serviços de manutenção observando e obedecendo às disposições legais pertinentes à segurança e medicina do trabalho, bem como toda a legislação correlata em vigor ou que vir a ser criada;
- u) Fornecer, às suas expensas, todo o equipamento e material de segurança coletiva (EPC) e individual (EPI), necessários à execução dos serviços de manutenção, devendo a empresa fiscalizar seu uso adequado por parte dos seus empregados e o correto cumprimento das normas e medidas de segurança;
- v) Substituir, por solicitação do Contratante, o empregado que se mostrar inconveniente ou tecnicamente inadequado para a execução dos serviços;
- w) Manter plantão ininterrupto de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive finais de semana e feriados, tendo em vista as comunicações sobre avarias e anomalias por parte do Tribunal de Justiça.
- x) Atender as solicitações, a partir da abertura do chamado técnico por parte do Tribunal de Justiça do Paraná, em até 04 (quatro) horas a contar da abertura do chamado técnico, de forma permanente, incluindo-se feriados e finais de semana, mediante a visita de um técnico credenciado e habilitado para a realização do serviço, sendo que o prazo para solução do problema será de 8 (oito) horas, após o início do atendimento se não houver necessidade de troca de peça. Se houver a necessidade de troca de peças, esse prazo poderá ser estendido em até 36 (trinta e seis) horas após o início do atendimento, mediante apresentação de justificativa e comprovação de trâmites de aquisição de peça.
- z) Caso o vencimento do prazo acima estipulado se der em horário que acarrete impossibilidade de acesso ao equipamento, em face de qualquer motivo de força maior, relacionado ao Tribunal de Justiça, ficará autorizada

a prorrogação do prazo de atendimento para o primeiro expediente em que haja possibilidade de acesso, ou no final de semana subsequente, mediante autorização expressa.

aa) Nos casos de emergência, o prazo máximo de atendimento, inclusive nos finais de semana e feriados, passa a ser de no máximo 02 (duas) horas, sendo obrigatório o atendimento da **CONTRATADA** em quaisquer dias e horários, observando-se os prazos e condições para solução estabelecidos na alínea “y”;

ab) Após o atendimento da chamada, a **CONTRATADA** deverá informar à fiscalização a regularização no funcionamento do equipamento e, caso não seja possível a solução imediata do problema, deverá informar ao servidor responsável pelo acompanhamento dos serviços o prazo estimado para sua solução definitiva, registrando tudo no Livro de Ordem de Serviços;

ac) Comparecer, sempre que convocada, às reuniões solicitadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assumindo todo o ônus do não comparecimento às reuniões;

ad) Sujeitar às correções solicitadas e devidamente justificadas pelos técnicos responsáveis pela fiscalização dos serviços executando-as dentro do que dispõe o presente contrato.

ae) Realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com as condições estabelecidas no Edital, a responder pelo cumprimento da proposta apresentada, Normas Técnicas da ABNT e recomendações do Fabricante;

af) Executar os serviços de manutenção preventiva de segunda a sexta-feira das 12:00 às 19:00 horas, mediante a visita de um técnico credenciado e habilitado. Havendo necessidade de manutenção (preventiva ou corretiva) fora do horário comercial, ficará a mesma condicionada à prévia autorização expressa do Juiz Diretor do Fórum ou servidor designado.

ag) Os serviços de manutenção corretiva, para evitar as penalidades por excesso de prazo na sua conclusão, poderão ser realizados após, ou antes, do horário normal acima estabelecido, em quaisquer dias da semana, inclusive feriados, devendo a **CONTRATADA**, para tanto, enviar ao Juiz Diretor do Fórum ou servidor designado, se possível com antecedência de 01 (um) dia antes de iniciar a execução do serviço, documentação contendo as seguintes informações:

- Nome da **CONTRATADA**;

- Relação do Pessoal, com respectiva identificação civil e/ou profissional;

- Identificação de portas a serem abertas e/ou dependências de acesso a serem utilizadas (escadas, circulações etc.), se for o caso;

- Nome do responsável técnico.

ah) Executar rigorosamente as rotinas de manutenção preventiva recomendadas pelo fabricante, procedendo às inspeções, limpeza, ajustes e lubrificações necessárias, com base nas características técnicas e uso do equipamento, não sendo permitidas variações, modificações ou adaptações de qualquer natureza, salvo se devidamente aprovadas pelo **CONTRATANTE**;

ai) Durante as visitas para a execução dos serviços, deixar avisos, próximos aos geradores, de que o mesmo se encontra em manutenção;

aj) Executar todo serviço com o máximo possível de cuidado, para durante a execução não se causar danos de qualquer espécie no local, tais como: sujeira na pintura, quebra de vidros, de móveis, etc. Ocorrendo qualquer dano, o mesmo deverá ser imediatamente reparado pela parte causadora;

ak) Após o término dos serviços, efetuar a limpeza do local, sem deixar qualquer detrito do material utilizado ou ocorrido com a execução dos trabalhos;

al) Deixar os geradores em perfeitas condições de funcionamento e segurança, quando do encerramento do prazo contratual;

am) Em caso de dúvidas quanto à interpretação dos serviços, a serem realizados ou peças a serem trocadas, sempre consultar a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo;

an) O rol de serviços de manutenção citados no caderno de encargos não é exaustivo, cabendo à **CONTRATADA** a execução de outras recomendadas além das já descritas pela boa técnica, a atender à satisfatória manutenção preventiva e corretiva, conforme necessidade de cada caso;

ao) A **CONTRATADA** fornecerá todas as ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários à perfeita execução do serviço, assumindo inteira responsabilidade pelo seu uso, guarda e conservação, indenizando todo e qualquer dano e prejuízo pessoal e/ou material que possam advir direta ou indiretamente ao Contratante;

ap) Instruir as pessoas delegadas pelo Contratante e, responsáveis pelo sistema de geradores para efetuarem as manobras manuais, em caso de avaria de algum sistema de automação.

aq) Orientar o Contratante acerca da melhor utilização dos equipamentos, podendo, para isto, verificar, periodicamente, as condições de uso e manuseio deles;

ar) Manter todos os equipamentos e instalações em condições normais de funcionamento, com as velocidades nominais de operação, de modo a garantir sua continuidade operacional, com eficiência, economia e segurança;

as) Substituir, dentro das especificações originais do fabricante, e sem adaptações, peças dos equipamentos, componentes, óleos lubrificantes e materiais necessários além de todas as demais peças, componentes e

acessórios do gerador, que eventualmente sejam fornecidos pelo **CONTRATANTE**, sejam elétricos, eletrônicos, hidráulicos, mecânicos, manuais, etc.;

at) A reparação e substituição de peças deverá ser precedida de orçamento acompanhado de parecer técnico da **CONTRATADA**, aprovação pela fiscalização, emissão de nota de empenho e autorização escrita para sua execução;

au) Efetuar testes de segurança, conforme legislação em vigor e normas da **CONTRATADA**.

av) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, os serviços e/ou peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

aw) Refazer às suas custas, em prazo a ser acordado com o Contratante, todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades, constatadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, inclusive com reposição de peças danificadas durante a manutenção;

ax) Nos equipamentos em período de garantia devem ser realizados apenas os serviços de manutenção preventiva especificados no manual do fabricante. Quando apontado falha no equipamento a **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente a fiscalização para acionar a empresa instaladora do equipamento a fim de assegurar a garantia fornecida pelo fabricante.

ay) Manter os dados do representante legal e da empresa (endereço, telefone fixo, e-mail e contato de aplicativo de mensagens instantâneas) atualizados;

az) Comunicar a Divisão de Gestão de Contratos, no prazo de 30 (trinta) dias contados do registro na Junta Comercial, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;

aaa) Os requerimentos ou manifestações da(s) empresa(s) referentes à entrega/execução do objeto (por ex.: prorrogações de prazos etc.), por medida de celeridade e segurança, deverão ser protocolados junto ao Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral do Tribunal de Justiça - Divisão de Protocolo Administrativo, sito na Sede Mauá- Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, que receberá um número de registro constando a data e hora de sua entrega, que valerá para fins de contagens de prazos legais, observando-se o horário das doze (12:00) às dezoito (18:00) horas, dos dias úteis, ou através do sítio eletrônico <https://www.tjpr.ius.br/protocolo-admin> , devendo a interessada informar, no ato da protocolização, o número do expediente em epígrafe.

aab) Para o cumprimento do objeto do Contrato, e sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, a **CONTRATADA** poderá subcontratar serviços que exigem maior grau de especialização: rebobinagem, testes de megagem, automação, retífica, pintura, programação, consertos em peças mecânicas e outros similares que forem apresentados e aprovados pela fiscalização no decorrer do contrato, bem como subcontratar técnicos regionalizados para as manutenções preventivas mensais.

aac) A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

aad) A **CONTRATADA** assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços subempreitados, em conformidade com a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

aae) As subcontratações de serviços não elencados no item anterior, serão admitidas, desde que fundamentadas, previamente requeridas e aprovadas pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça.

aaf) Caberá a **SUBCONTRATANTE** o acompanhamento e fiscalização das **SUBCONTRATADAS**, em especial, para que as mesmas mantenham vigentes as condições de regularidade jurídica, fiscal e técnica.

aag) A **CONTRATADA** incluirá em todos os Contratos que vier a celebrar com os subcontratados dispositivo que permita ao **CONTRATANTE** exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, nos termos estabelecidos no Contrato.

aaH) A **SUBCONTRATADA** ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o **CONTRATANTE** responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da **SUBCONTRATADA**, quer por danos a terceiros, resultante de sua ação, omissão ou negligência.

aai) É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Parágrafo Único: Na hipótese de a **CONTRATADA** necessitar alterar os dados citados na alínea ay, deverá notificar o **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da referida mudança, sob pena de serem presumidas como válidas as informações previamente fornecidas e sem prejuízo da abertura de procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual.

DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, avaliação e fiscalização por parte da equipe técnica do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Primeiro: Competirá ao servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato comunicar falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar sua correção.

Parágrafo Segundo: Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para o Contratante e nos prazos estabelecidos.

Parágrafo Terceiro: A fiscalização, exercida no interesse do Contratante, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, seus agentes e prepostos, por qualquer dano que venha a causar ao Contratante ou a terceiros.

Parágrafo Quarto: O CONTRATANTE fiscalizará permanentemente a qualidade do serviço e peças fornecidos e qualquer irregularidade verificada será imediatamente comunicada à CONTRATADA. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE e nos prazos estabelecidos.

Parágrafo Quinto: O aceite não exclui a responsabilidade civil da empresa CONTRATADA por vícios qualitativos, quantitativos ou técnicos dos serviços de manutenção preventiva e corretiva (aparentes ou ocultos) ou por desacordo com as especificações estabelecidas na proposta comercial apresentada, verificadas posteriormente, devendo a CONTRATADA ser responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto: Para os serviços realizados e não aceitos após verificação e teste, a **CONTRATADA** se obriga a refazê-los dentro de 03 (três) dias úteis subsequentes à conferência, confirmada por telefone, fac-símile ou por escrito, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato.

DA GARANTIA

CLÁUSULA NONA: A **CONTRATADA** fica obrigada a comparecer, dentro do prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste contrato, a fim de efetuar junto ao **CONTRATANTE**, depósito de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, a título de caução de execução, respeitados os acréscimos e supressões do objeto.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** optará por uma das modalidades elencadas no artigo 102 da Lei Estadual nº 15.608/07, quais sejam:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança-bancária.

Parágrafo Segundo: Se a opção recair em Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10.01.02 (Código Civil Brasileiro).

Parágrafo Terceiro: Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

Parágrafo Quarto: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto contratado;

b) prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas punitivas aplicadas pela Administração;

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada;

Parágrafo Quinto: Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente cobertura para os eventos indicados no parágrafo anterior

Parágrafo Sexto: A garantia deverá vigorar durante toda a execução do contrato e até 06 meses após o término da vigência ou rescisão contratual, devendo ser renovada e complementada, após

comunicação formal à **CONTRATADA**, na mesma proporção e época de eventual aditivo, a partir de eventuais prorrogações e adições ao ajuste, tantas vezes quanto for o próprio contrato para a execução dos serviços, sob pena de aplicação de multa contratual.

Parágrafo Sétimo: No caso de haver aditivos referentes a prazo e/ou serviços, a garantia complementar será de acordo com a modalidade adotada pela **CONTRATADA** e majorada à mesma proporção do referido aditivo.

Parágrafo Oitavo: A garantia será devolvida após decorridos 30 (trinta) dias do término do prazo de sua vigência ou se rescindido este contrato, contados do protocolo do requerimento, desde que comprovada pela contratada a quitação de todas as verbas decorrentes de vínculo trabalhista e não haja processo administrativo em curso.

Parágrafo Nono: Sem prejuízo de aplicação das sanções que lhe couberem, o Tribunal de Justiça recorrerá à garantia constituída, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a **CONTRATADA**, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato.

Parágrafo Décimo: Na hipótese de não correção pela **CONTRATADA** de pendências e anormalidades verificadas na obra/serviço pelo **CONTRATANTE** e atestadas pela fiscalização, o **CONTRATANTE** descontará da caução a importância correspondente.

Parágrafo Décimo Primeiro: No caso de rescisão do contrato por inadimplemento da **CONTRATADA**, será imediatamente acionada a garantia para sanar possíveis prejuízos acarretados ao **CONTRATANTE**, independente da aplicação de outras sanções.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA O pagamento, será feito conforme cronograma da contratação, pelo **CONTRATANTE**, de acordo com os serviços efetivamente executados e em conformidade com a estimativa de execução constante no Anexo I do Contrato, sendo que as manutenções preventivas serão pagas mensalmente e a Modernização do Sistema de Controle dos Geradores do Prédio Anexo paga em parcela única, ambas mediante requerimento subscrito pela **CONTRATADA**, contendo a respectiva fatura ou nota fiscal, com descrição dos serviços prestados juntamente com a apresentação do “relatório de execução de serviço” conjuntamente assinado pelo executor dos serviços e por servidor do Tribunal de Justiça designado, depois de vencido o mês da efetiva prestação dos serviços e no prazo de 20 (vinte) dias a contar do protocolo da solicitação.

Parágrafo Primeiro: O **CONTRATANTE** reserva-se no direito de somente efetuar o pagamento dos serviços prestados após a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento e recolhimento dos correspondentes encargos sociais, das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, mediante a apresentação dos seguintes documentos, em meio digital:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- b) Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União^[1];
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- f) Guia da Previdência Social – GPS e respectivo comprovante de recolhimento;
- g) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF e respectivo comprovante de recolhimento;
- h) Declaração nominal dos empregados que efetivamente prestaram serviços junto ao **CONTRATANTE**;
- i) Relação dos Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP que efetivamente prestaram serviços junto ao **CONTRATANTE**;
- j) Folha de Pagamento Mensal e Recibos de Pagamento de Funcionários, inclusive dos responsáveis técnicos nomeados;
- k) Declaração de que possui escrituração contábil, firmada pelo contador e pelo responsável pela empresa, e que os valores apresentados encontram-se devidamente contabilizados.

Parágrafo Segundo: Para a liberação de cada parcela mensal deverá ser apresentado, juntamente com o pedido de pagamento, o relatório das manutenções realizadas no respectivo mês, com as **especificações e quantidades de peças substituídas**, análise das medições efetuadas e do funcionamento dos equipamentos e parecer do responsável técnico da Contratada, conforme alínea “q” da Cláusula Sétima deste Contrato – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: Para a liberação da última parcela (12ª) deverá ser apresentado o Relatório de Inspeção Anual – RIA de cada gerador, de acordo com a legislação vigente, conforme exige a alínea “r” da Cláusula Sétima deste Contrato – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

Parágrafo Quarto: Recebido o Requerimento de Pagamento em meio digital, instruído com os documentos listados nos §§ 1º a 3º, a fiscalização da obra deverá emitir o Atesto na Nota Fiscal, o qual perfaz-se em atestado de que houve o adimplemento dos serviços pela **CONTRATADA**. Emitido o Atesto, o Requerimento de Pagamento será encaminhado para conferência jurídica e documental;

Parágrafo Quinto: O Tribunal de Justiça efetuará o respectivo pagamento pelos valores constantes na nota de empenho até o 20º (vigésimo) dia a contar da data do protocolamento do requerimento de pagamento. Ocorrendo atraso na realização dos serviços, o prazo fixado ficará suspenso, continuando a fluir somente após a CONTRATADA ter efetuado o serviço o qual será submetido à avaliação e aprovação do setor competente.

Parágrafo Sexto: Na eventualidade de a empresa contratada apresentar Requerimento de Pagamento sem condições de processamento e em desacordo com o disposto neste Capítulo, será notificada para sanar as pendências encontradas no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, conforme disposto na IN 05/2017 ou outra que vier a substituí-la, sob pena de abertura de procedimento administrativo por descumprimento de Cláusula Contratual. Neste caso, o prazo previsto para pagamento será interrompido, reiniciando a partir do envio da documentação regularizada.

Parágrafo Sétimo: As certidões negativas deverão estar vigentes no momento da liberação do pagamento e as obtidas pela internet estão sujeitas à verificação de validade e autenticidade.

Parágrafo Oitavo: Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo a **CONTRATANTE** deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa e indenizações devidas pela **CONTRATADA**, que tenham sido constituídas após procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Nono: O pagamento mensal será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) – conforme incluído no caderno de encargos (documento em anexo ao Edital), o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

Parágrafo Décimo: O não atendimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas neste Edital e anexos.

Parágrafo Décimo Primeiro: Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à **CONTRATADA**, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Parágrafo Décimo Segundo: Em conformidade com a legislação, o **CONTRATANTE** efetuará a retenção da tributação pertinente.

Parágrafo Décimo Terceiro: Caso a(s) empresa(s) vencedora(s) do presente procedimento licitacional esteja enquadrada nos ditames do Decreto Estadual nº 1.261/03 e Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, a Nota Fiscal a ser emitida por ela deverá discriminar expressamente o valor do desconto referente ao imposto dispensado, bem como indicação expressa do valor líquido a ser pago pelo Tribunal de Justiça, isto é, sem a incidência do valor relativo ao ICMS da transação comercial realizada.

Parágrafo Décimo Quarto: Tendo em vista a IN nº 001/2019 –DTE/SEFA, o Estado do Paraná não possui convênio com a receita Federal, portanto não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP, que passarão a ser recolhidas diretamente pelos próprios credores.

Parágrafo Décimo Quinto: Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, o Tribunal de Justiça, se provocado, arcará com a correção do valor em atraso, estipulado com base IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculada pro rata para o período compreendido entre o término do prazo e a efetiva quitação do débito.

Parágrafo Décimo Sexto: O **CONTRATANTE** consultará o cadastro mencionado na Lei Estadual nº 18.466/2015 - CADIN ESTADUAL, com o intuito de verificar a existência de pendências. Em caso positivo, estará sujeita a eventual impedimento de receber os pagamentos decorrentes da contratação.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I- Unilateralmente, pelo **CONTRATANTE**:

a) Quando houver necessidade de modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa dos serviços a serem executados, dentro dos limites previstos pelo parágrafo primeiro desta cláusula.

II- Por acordo entre as partes:

- a) Quando conveniente para a perfeita execução dos serviços contratados;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação (execução dos serviços);
- d) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco) do valor inicial do contrato.

Parágrafo Segundo: No caso de supressão de serviços, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo **CONTRATANTE** pelos custos efetivos de aquisição, regularmente comprovados e monetariamente corrigidos.

Parágrafo Terceiro: Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Quarto: Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Parágrafo Quinto: Se no decorrer de sua execução o **CONTRATANTE** ordenar a execução de serviços não previstos no orçamento inicial, porém necessários e imprescindíveis à perfeita execução do objeto deste contrato, ficarão tais serviços sujeitos ao regime de preços unitários vigorantes à época da assinatura do mesmo.

Parágrafo Sexto: Na hipótese de aditamento de serviços que não tenham preços unitários contemplados na proposta inicial, os mesmos serão fixados mediante prévio acordo entre as partes em conformidade com preços praticados no mercado, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo primeiro desta cláusula e observada a IN 09/2019 - TJPR.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O preço inicialmente contratado poderá ser reajustado mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, bem como, a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data da apresentação da proposta, a ser concedido a partir do requerimento da **CONTRATADA**, tendo como limite máximo a variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O descumprimento das disposições contratuais sujeita o contratado às sanções administrativas dispostas nos artigos 150 a 160 da Lei Estadual nº 15.608/07 e, subsidiariamente, nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02.

Parágrafo Primeiro: Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

Parágrafo Segundo: Na aplicação das penalidades serão consideradas as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

Parágrafo Terceiro: A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer contrato firmado com o Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

Parágrafo Quarto: Os casos de ressarcimento dos prejuízos pela contratada, com a mitigação dos danos resultantes da infração, poderão ensejar a redução da(s) penalidade(s) pelo descumprimento contratual em metade até a instauração do processo administrativo de apuração da irregularidade e de até ¼ após a instauração até a decisão final.

Parágrafo Quinto: A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (*dies interpellat pro homine*), salvo previsão expressa.

Parágrafo Sexto: O cumprimento parcial da parcela em atraso reduzirá proporcionalmente a base de cálculo da penalidade de multa.

Parágrafo Sétimo: A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as penas de multa.

Parágrafo Oitavo: As sanções de multa moratória não serão cumuladas com a pena de multa prevista para o caso de rescisão contratual, quando a rescisão decorrer da própria mora.

Parágrafo Nono: As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo Décimo: Poderá configurar a inexecução total da obrigação e a aplicação da penalidade prevista no item 6 da tabela abaixo, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada derivada de perdas e danos causados a este Tribunal de Justiça (decorrente das infrações cometidas), quando:

a) A execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total;

b) Houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas;

c) O atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos e não houver o interesse da Administração do Tribunal de Justiça em manter a contratação.

d) O descumprimento parcial prejudicar a solução como um todo;

Parágrafo Décimo Primeiro: A rescisão do contrato dependerá de análise de oportunidade e conveniência do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Décimo Segundo: Sem prejuízo das demais penalidades, as de multa serão aplicadas conforme detalhamento constante da tabela abaixo:

	CONDUTA	PENALIDADE
01	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica;	Primeira vez: Advertência Segunda vez e seguintes: Multa de 0,1% a 1% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
02	O não cumprimento de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica; ou O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;	Multa de 0,1% a 2% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
03	O atraso injustificado na prestação do serviço e/ou a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração, quando não haja previsão de conduta específica;	Multa de 0,1% a 3% do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 10% do valor global (conforme contratação) do contrato, de modo que o atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato, incidindo, nesse caso, unicamente a multa do item 7 desta Tabela.
04	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa; ou Agir de má-fé na relação contratual; ou Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato;	Multa de 0,5% a 10% do valor do contrato.
05	Abandonar a execução do contrato ou incorrer em inexecução total contratual quando não haja previsão de conduta específica; ou Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; ou Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidas na Lei Federal nº 8.158/1991; ou	Multa de 1% a 10% do valor global do contrato.

	Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei; ou A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato; ou A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;	
06	Descumprimento ou inexecução total do contrato/obrigações que gere a rescisão contratual.	Multa de 5% a 20% sobre o valor global do contrato, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada, derivada de perdas e danos causados ao Tribunal de Justiça decorrente das infrações cometidas;

Parágrafo Décimo Terceiro: Caso a Contratada incorra em uma das condutas elencadas na presente Cláusula, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

Parágrafo Décimo Quarto: As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.

Parágrafo Décimo Quinto: Após a regular tramitação do procedimento descrito no caput e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

Parágrafo Décimo Sexto: Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

Parágrafo Décimo Sétimo: Qualquer multa ou encargo imputado à contratada, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

Parágrafo Décimo Oitavo: As disposições da Cláusula de Penalidades não excluem a responsabilização da contratada por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências decorrentes do presente ajuste e as previstas em lei ou regulamento.

Parágrafo Primeiro: Constituem motivo para rescisão do presente contrato, além de eventuais outras previstas no artigo 129 da Lei Estadual n. 15.608/07:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, ou o seu cumprimento irregular;
- b) A lentidão no seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado, assim como o atraso injustificado no início dos serviços;
- c) A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- d) A subcontratação total ou parcial de serviços, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério;
- e) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como o cometimento reiterado de faltas anteriormente anotadas em registro próprio pela fiscalização do **CONTRATANTE**;
- f) A decretação de falência, a instauração de insolvência civil, a dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;
- g) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidência do **CONTRATANTE**;
- h) A supressão de serviços, por parte do **CONTRATANTE**, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido em lei e neste contrato.

i) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a cento e vinte (120) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevisíveis desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

j) O atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, decorrente de serviços já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

k) A não liberação por parte do **CONTRATANTE**, da área ou local para a realização dos serviços;

l) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente contrato.

Parágrafo Segundo: A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nas alíneas "a" *usque* "g" e "l" do parágrafo anterior; amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação referido na cláusula primeira, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**; judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Terceiro: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: No caso das alíneas "g" *usque* "l" do parágrafo primeiro, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, que houver sofrido, tendo ainda o direito de pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, e pagamento do custo de desmobilização, quando for o caso.

Parágrafo Quinto: Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução dos serviços será prorrogado por igual tempo, após prévia análise e autorização por parte do **CONTRATANTE**.

CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A rescisão de que trata a primeira parte do parágrafo segundo da cláusula anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste ajuste ou em Lei:

I- assunção imediata do objeto do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

II- ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso II do artigo 131 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

III- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo Único: A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II desta cláusula fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A despesa decorrente da execução do presente contrato correrá à conta da dotação orçamentária do exercício de _____, devidamente empenhada através da rubrica 3.3.90.39.17 – denominado Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, conforme nota de empenho nº _____, emitida pelo Departamento Econômico e Financeiro, em _____.

DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A Contratada, ao celebrar o presente instrumento contratual, reafirma que conhece e entende os termos da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições desta Lei.

Parágrafo Primeiro: A Contratada e seu representante legal, que ora assina o presente instrumento de Contrato, admitem o tratamento de seus dados pessoais nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, atendendo ao princípio constitucional da publicidade e à Lei Federal nº 12.527/2011.

Parágrafo Segundo: Fica vedado o tratamento de dados pessoais e pessoais sensíveis por parte da Contratada com objetivo de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas

no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal 13.709/2018.

Parágrafo Terceiro: A Contratada se obriga a dar ciência prévia ao Contratante para fazer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção de dados.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Aos casos não expressamente regulados pelo presente contrato, aplicar-se-ão as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e o Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002), assim como a legislação complementar pertinente.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba- PR para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias eventualmente surgidas em decorrência do presente contrato.

Este contrato, que terá seu extrato publicado no “*DIÁRIO DA JUSTIÇA*” do Estado do Paraná, só se tornará perfeito e acabado, entrando em vigência, após cumpridas as formalidades legais.

E por estarem assim justo e contratado, depois de lido e achado conforme, vai este contrato devidamente assinado pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, juntamente com duas (02) testemunhas, como adiante se vê.

Presidente do Tribunal de Justiça

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Testemunha

Testemunha

ANEXO I (REFERENTE A "SERVIÇOS 2") - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

1. Definição: INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – documento anexo ao contrato que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

2. Objetivo a atingir: obtenção da melhor execução do objeto, mediante a definição de indicadores de acompanhamento de qualidade dos serviços prestados durante a vigência do contrato.

3. Forma de avaliação: definição das situações (indicadores) que caracterizem o não atendimento do objetivo e atribuição de grau de correspondência, de 1 a 5, de acordo com os indicativos de metas a cumprir, compreendendo glosas, que podem ser cumulativas, de 0,5% a 7,0% do valor mensal do contrato.

4. Apuração: ao final de cada período de apuração (mês), o Fiscal do contrato preencherá a planilha de cálculo o índice global e a encaminhará ao preposto da contratada para conhecimento do valor da glosa a ser aplicada no mês, ajustado ao cumprimento das metas deste acordo e adoção das medidas recomendadas, quando houver.

5. Sanções: Quando o percentual de glosas no período mensal for superior a 10% (dez por cento) sobre o valor mensal ou o somatório das glosas for superior a 30% (trinta por cento) do valor mensal no período de um ano, caracterizar-se-á inexecução parcial, o que implicará na abertura de procedimento de aplicação das penalidades previstas no contrato.

Quesitos	Descrição do Indicador / Situações	Instrumento para verificação	Grau de Relevância
1-Tempo de Execução dos serviços	Atraso de até 3 horas no atendimento de um chamado	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	1
	Atraso de mais de 3 hora e menos de 5 horas no atendimento de um chamado	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	2
	Atraso de mais de 5 horas no atendimento de um chamado	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	3
	Atraso de até 01 hora na conclusão de um serviço	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	2
	Atraso de mais de 01 hora e menos de 05 horas na conclusão de um serviço	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	3
	Atraso de mais de 05 horas na conclusão de um serviço	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	4
	Descumprimento de prazos acordados com a fiscalização para serviços programados	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	4
2-Plano de manutenção	Descumprir até 02 atividades previstas no plano de manutenção em um período de 30 dias	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	1
	Descumprir mais de 02 atividades e menos de 05 atividades previstas no plano de manutenção em um período de 30 dias	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	2
	Descumprir mais de 05 atividades previstas no plano de manutenção em um período de 30 dias	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	3
	Deixar de adequar o plano de manutenção após 05 manutenções corretivas em um período de 30 dias	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	3
	Não adequar rotinas de manutenção quando solicitado pela fiscalização	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	4

3-Qualidade dos serviços	Execução de serviços incompleta ou paliativa	Fiscalização presencial	3
	Recursar-se a fornecer materiais consumíveis para execução dos serviços	Fiscalização presencial	3
	Não reportar-se a fiscalização quando da chegada ou saída dos edifícios por ocasião da realização de serviços	Fiscalização presencial / Ordens de serviço/ ficha de atendimento	2
	Não emitir ficha de atendimento dos serviços realizados	Fiscalização presencial	2
	Quadros de Comando empoeirados	Fiscalização presencial	2
	Verificação de restos de materiais ou outras sujidades advindas de atuação nos equipamentos nos locais onde serviços foram executados em até 02 horas após a conclusão dos serviços	Fiscalização presencial	1
	Quadros de comando com fiação desorganizada	Fiscalização presencial	2
	Deixar de manter registro atualizado de intervenções, verificações e falhas registradas com data e hora junto a cada quadro de comando	Fiscalização presencial	2
	Dano a equipamentos por imprudência ou imperícia	Fiscalização presencial e Relatório de Serviços	5
	Recursar-se a fornecer peças não constantes da planilha de peças pelo preço de mercado	Fiscalização presencial	4
	Fornecimento de informação incorreta à fiscalização	Fiscalização presencial	2
	Destruição ou danificação intencional de documentos relacionados a manutenção	Fiscalização presencial e Relatório de Serviços	5
	Omissão na informação de condições que exigem a adoção de providências para funcionamento correto dos equipamentos	Fiscalização presencial e Relatório de Serviços	5
	Danificar equipamento por omissão, imperícia ou intempestividade na atuação	Fiscalização presencial e Relatório de Serviços	5
	Emissão de relatórios fora do prazo estipulado ou combinado com a fiscalização	Fiscalização presencial e Relatório de Serviços	2
	Relatórios de serviço com informações incompletas ou incorretas	Fiscalização presencial	1
	Falta dos elementos mínimos no relatório de serviços indicado no TR	Fiscalização presencial	1
	Deixar de entregar relatórios junto ou antes da entrega da fatura de serviços	Fiscalização presencial e Relatório de Serviços	1
	Deixar de elaborar e entregar Laudo Técnico solicitado pela Fiscalização	Fiscalização presencial e Relatório de Serviços	5
4-Falhas nos equipamentos	Recorrência de falha com uma mesma causa em uma equipamento por até 02 vezes em período de 90 dias	Fiscalização presencial e Relatório de Serviços	2

	Recorrência de falha com uma mesma causa em uma equipamento por mais de 02 vezes e menos de 05 vezes em período de 90 dias	Fiscalização presencial e Relatório de Serviços	3
	Recorrência de falha com uma mesma causa em uma equipamento por mais de 03 vezes em período de 90 dias	Fiscalização presencial e Relatório de Serviços	4
	Equipamentos apresentando tempo médio entre as falhas de menos de 30 dias	Fiscalização presencial, ordem de serviço ou ficha de atendimento, relatórios mensais, informações da brigada de incêndio	3
	Falha de operação adequada durante falta de fornecimento de energia elétrica pela concessionária.	Fiscalização presencial e Relatório de Serviços	5
5-Equipe de execução dos serviços e uso de equipamentos de proteção	Emprego de funcionário desqualificado para execução dos serviços	Fiscalização presencial	3
	Recusar-se a substituir profissional , após solicitação justificada da fiscalização	Fiscalização presencial	2
	Falta de identificação dos prestadores com crachá	Fiscalização presencial	1
	Execução de serviços sem equipamentos de proteção	Fiscalização presencial	3
	Deixar de fornecer os equipamentos de proteção aos funcionários que executam os serviços	Fiscalização presencial	4
	Uso de equipamentos de proteção inadequados ou deteriorados	Fiscalização presencial	4

MENSURAÇÃO	
Grau de Relevância	Correspondência
1	Glosa de 0,5 % sobre o valor da Fatura por evento
2	Glosa de 1,0 % sobre o valor da Fatura por evento
3	Glosa de 2,5 % sobre o valor da Fatura por evento
4	Glosa de 4,0 % sobre o valor da Fatura por evento
5	Glosa de 7,0 % sobre o valor da Fatura por evento

TERMINOLOGIA ADOTADA

- a) **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)** – ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o provedor de serviços e órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação de serviço e respectivas adequações de pagamento. É a metodologia de aplicação de coeficientes de desempenho sobre o faturamento apresentado.
- b) **Administração** - é a unidade gestora responsável pela contratação dos serviços, neste caso o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
- c) **Atendimento de emergência** – todas as visitas técnicas e manutenções corretivas necessárias ao perfeito restabelecimento do funcionamento dos Sistemas de Energia Elétrica Ininterrupta e também o fornecimento de todos os materiais necessários para tal. A Contratada deverá efetuar a manutenção regular com rigor técnico e precisão, uma vez que o atendimento de emergência está sujeito à aplicação de coeficientes de IMR.

- d) **Fiscalização** – atuação do TJPR, e/ou seus órgãos subordinados visando à verificação da execução do Contrato. A Administração poderá contratar terceiros para assisti-la nos trabalhos de fiscalização e gestão do Contrato.
- e) **Fiscal do contrato** – servidor efetivo e fiscal titular do contrato, ou seu substituto em caso de ausências ou impedimentos legais, designados pela autoridade competente no TJPR.
- f) **Garantia** – conjunto de atividades técnico-administrativas, de natureza preventiva e ou corretiva, com vistas preservação da vida útil dos equipamentos ou partes das instalações, sem perda das características, integridade física, rendimento, ponto ótimo de operação e funcionalidade integral dos sistemas, equipamentos ou partes das instalações.
- g) **Gestor** – servidor efetivo do Ministério da Justiça designado como responsável pelos procedimentos de gestão do Contrato.
- h) **Grupo Motor Gerador** – todo o conjunto formado por motor à combustão e gerador, incluindo o painel de comando eletroeletrônicos (módulo), bateria, sistemas de arrefecimento e tanque de combustível. São sistemas constituintes, mais acessórios, as caixas de interligações, chave de transferência, chave estática e demais elementos necessários à disponibilização da energia gerada.
- i) **Histórico de Manutenção** – documento, elaborado e mantido por todos os técnicos responsáveis pela manutenção de um determinado equipamento, sistema ou subsistema, contendo todas as informações relevantes do ponto de vista de manutenção de um dado equipamento. Ele deve incluir, no mínimo, as visitas técnicas, as alterações de configurações e as substituições e reparos de peças. Todas as informações deverão ser acompanhadas de datas e responsável pela anotação. Essas informações deverão integrar os relatórios de manutenção.
- j) **Manutenção** – combinação de todas as ações técnicas e administrativas, incluindo as de supervisão, destinadas a manter ou recolocar um item em um estado no qual possa desempenhar uma função requerida;
- k) **Manutenção corretiva** – manutenção efetuada após a ocorrência de uma pane destinada a recolocar um item em condições de executar uma função requerida. Deverá ser evitada por meio de um Plano de Manutenção bem elaborado e bem executado de forma plena, uma vez que os coeficientes do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) que incidem sobre a manutenção corretiva em atendimentos de emergência são severos, em virtude da necessidade de pronto restabelecimento do funcionamento de cada Sistema de Energia Elétrica Ininterrupta.
- l) **Manutenção preventiva** – manutenção efetuada em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um item. É o conjunto de ações previamente definidas no Plano de Manutenção, incluindo substituição de materiais, limpeza, ajustes e demais procedimentos afins relacionados ao Sistema de Energia Elétrica Ininterrupta.
- m) **Plano de Manutenção** – é um conjunto de documentos, individualizados por equipamento, a ser entregue pela contratada durante o primeiro mês de vigência e antes de quaisquer ações de manutenção. É composto de um relatório detalhado (em formato MS WORD ou equivalente) e um fluxograma de tarefas a serem realizadas, indicando as condições atuais dos equipamentos, as ações previstas para os próximos 12 (doze) meses, lista de materiais e demais informações solicitadas pela fiscalização. A marcação da execução do Plano de Manutenção deverá ser feita em formato digital e também deverá ser indicada expressamente no Relatório Mensal, que deverá ser entregue junto com cada faturamento.
- n) **Tempo de Solução Definitiva (TSD)** – é o tempo transcorrido entre a abertura do chamado junto à empresa contratada, quando da comunicação de uma falha (quando de uma manutenção corretiva), e a solução definitiva do problema técnico. No caso de uma manutenção preventiva (ou seja, sobre as ações previstas no Plano de Manutenção), corresponde ao tempo transcorrido da data prevista no referido plano e a sua efetiva realização. Será aplicado o coeficiente de IMR estabelecido para cada uma das ações de forma individualizada;
- o) **Tempo de Solução Parcial (TSP)** – é o tempo transcorrido entre a abertura do chamado junto à empresa contratada, quando da comunicação de uma falha (ou seja, deverá ser providenciada a manutenção corretiva), e o estabelecimento do funcionamento do sistema em questão. Será aplicado o coeficiente de IMR estabelecido para cada uma das ações de forma individualizada.

[1] De acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, a qual abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

ANEXO IX ELEMENTOS TÉCNICOS

- Os elementos técnicos estarão disponíveis para download no site do Tribunal de Justiça, www.tjpr.jus.br/anexos-dos-editais ou através do endereço eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/editais>.
- A responsabilidade pela impressão dos elementos técnicos é da empresa licitante.